

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



" A prova de sucesso da nossa ação educativa, é a felicidade da criança"

Maria Montessori

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

“Uma proposta pedagógica ou projeto político pedagógico, é a busca da construção da identidade, da organização e da gestão do trabalho de cada instituição educativa. O projeto reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais, que propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos. Assim, são compartilhados desejos, crenças, valores, concepções, que definem os princípios da ação pedagógica e vão delineando, em um processo de avaliação contínua e marcado pela provisoriade, suas metas, seus objetivos, suas formas de organização e suas ações.” (SALLES,FARIA 2012. P.20)

PARANAGUÁ

2024

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO.....	6
1.1 Localização.....	6
1.2 Histórico da Instituição	7
1.2.1 Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço.....	10
1.3 Relação dos Profissionais da Instituição.....	12
1.3.1 Nível de escolaridade	12
1.3.2 Cargos, funções e vínculo empregatício	12
1.4 Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar.....	15
1.5 Contextualização das condições físicas e materiais	19
1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes.	20
1.6 Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar	22
1.6.1 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas.....	27
1.6.2 Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma	28
1.6.3 Projetos próprios das instituições e oferecidos pela mantenedora.....	30
1.6.4 Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade	31
1.6.5 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes e recreio dirigido	34
1.6.6 Plano de Atendimento Emergencial	34
1.6.7 Calendário Escolar	36
1.6.8 Calendário das reuniões da APMF e Conselho Escolar.	37
1.6.9 Calendário de prestação de contas.....	37
2. CONCEPÇÕES	38
2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE	38
2.1.1- Fundamentação Teórica	38
2.1.2- Direitos Humanos	39
2.1.3- Políticas de Inclusão	40
2.2- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	42
2.2.1- Fundamentação Teórica	43
2.2.2- Concepção de Infância e Criança (CMEIs e Escolas).....	45
2.2.3- Articulação entre as ações de cuidar e educar	50

2.2.4- Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental	52
2.2.5- Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar).....	53
2.2.6- Educação para as relações étnico-raciais.....	56
2.2.7- Concepção do Ensino Integral	58
2.2.8- Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes.....	59
2.3- CONCEPÇÃO DE GESTÃO	61
2.3.1- Fundamentação Teórica	61
2.3.2- Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores	62
2.3.3- Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros.	67
2.3.4- Articulação entre a instituição, a família e a comunidade	67
2.3.5- Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais.....	71
2.3.6- Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional	72
2.3.7- Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora.....	72
2.3.8- Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes ..	72
2.3.9- Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA.....	72
2.4- CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO	73
2.4.1- Fundamentação Teórica	73
2.4.2- Plano de Ação do Diretor	74
2.4.3- Plano de Ação do Pedagogo Coordenador	82
2.4.4- Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional.....	82
2.4.5- Plano de Ação do Conselho Escolar	85
2.4.6- Plano de Trabalho Docente (Estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP)	87
2.4.7- Plano de Atendimento Educacional Especializado	89
2.5- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	90
2.5.1- Fundamentação Teórica	90
2.5.2- Direitos e objetivos de Aprendizagem	91
2.5.3- Concepção de Ensino e Aprendizagem	91
2.5.4- Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do AEE e do recreio dirigido).....	94
2.6- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO.....	95
2.6.1- Fundamentação Teórica.....	95
2.6.2- O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/desenvolvimento	96

2.6.3- Análise de avanços e dificuldades pedagógicas	98
2.6.4- Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil: parecer descritivo, portfólios e outros.....	99
2.6.5- Avaliação institucional	99
2.6.6- Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos ..	100
2.7- CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA	101
2.7.1- Fundamentação Teórica	101
2.7.2- Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora	102
2.7.3- Formação continuada na instituição conforme a Instrução da Hora atividade	102
2.7.4 – Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição.....	106
2.7.5 Formação continuada em plataforma virtuais, institucionais e externas.....	107
3.0 - A VOZ DA CRIANÇA NO PPP.....	108
4.0- MATRIZ CURRICULAR.....	110
5.0- PROPOSTA CURRICULAR.....	111
6.0 – REFERÊNCIAS.....	112
7.0- ANEXOS.....	115

1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.1 Localização

Município: Paranaguá- PR

Instituição: Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora dos Navegantes

Código:

E-mail da instituição: cmeinavegantes@gmail.com

Endereço: Vila Bela s/nº - Ilha dos Valadares

Telefone: (41) 3721-1752

Nome da Equipe diretiva: Tamizia dos Santos Chaves e Barbara Cunha da Silva Mendes.

E-mail da Equipe diretiva: cmeinavegantes@gmail.com

Dependência Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura de Paranaguá

Ato de autorização:2.326

Resolução: N°007/11

Ato administrativo de aprovação do Regimento Escolar nº

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO POR ESTA INSTITUIÇÃO

Educação do Campo

Educação Especial

Educação Infantil

QUADROS DE ATOS

Tipo	Ato N°	Data	Descrição	Revogação	Vigência
Decreto	2326	28/02/2008	Criação		
Resolução	1309	05/01/2009	Autorização de funcionamento		
Resolução	030	28/05/2018	Renovação e autorização		

1.2 HISTÓRICO

O Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora dos Navegantes, localizado na Ilha dos Valadares, inaugurado aos quatro dias do mês de abril de 2008, na gestão do Prefeito José Baka Filho.

Foi fundado devido à necessidade de um lugar para atender as crianças da comunidade, sendo que a maioria das famílias eram de pescadores, e os familiares necessitavam de um lugar seguro para deixar seus filhos. Recebeu o nome de Nossa Senhora dos Navegantes por ser a protetora dos pescadores.

A Proposta Pedagógica deste CMEI, tem como princípio, de que é direito de todas as crianças terem acesso a educação infantil de qualidade. Entende-se que, esta é a primeira etapa da educação básica, e que esta modalidade de ensino, deverá respeitar e garantir momentos e experiências, que permitam as crianças, construírem suas trajetórias da infância, levando em consideração que, esta é uma fase singular da vida. Por nossa clientela estar situada dentro de uma ilha, suas tradições e costumes regionais permanecem fortes, valorizam a dança, a música que tem como referência o fandango, a pesca e a comercialização de marisco, e o meio de transporte marítimo, para travessia ao continente, que é conhecido como “bateira”. O meio de transporte escolar, utilizado por muitos habitantes, é a charrete, também conhecida como carrocinha. O CMEI tem como patrono o nome de uma Santa da religião católica, mas o perfil religioso da comunidade escolar é diverso. A população ainda

preserva a cultura das brincadeiras na rua, podemos visualizar crianças soltando pipa, andando de bicicleta, etc.

Os profissionais que trabalham diretamente com as crianças conseguem ter uma visão reflexiva sobre a cultura local e a bagagem de conhecimento de cada criança, pelo motivo de muitos serem moradores da região, e toda a equipe docente, tem a ciência do valor do resgate e fortalecimento dos saberes passados por gerações.

A convivência com a comunidade local e a clientela atendida é harmônica, há diálogo e parcerias para projetos, e ações desenvolvidas para melhorias no estabelecimento de ensino, práticas pedagógicas e eventos sociais.

No ano de 2020, na gestão do prefeito Marcelo Roque, se deu início a reforma e ampliação do CMEI, o que também era um pedido da comunidade, como o estabelecimento de ensino está localizado no centro da Ilha, é grande a demanda para procura de matrícula, desta forma a ampliação se fez necessária.

Na data de 15 de fevereiro de 2022, foi entregue pela atual gestão a obra e todas as benfeitorias que foram feitas no CMEI, as crianças já iniciaram o ano letivo no novo estabelecimento.

Ilha dos Valadares



Transporte escolar da região conhecido como carrocinha.



É recente na Ilha o transporte escolar de kombi.



1.2.1 Mudança na estrutura física e/ou mudança de endereço

No ano de 2020, na gestão do prefeito Marcelo Roque, se deu início a reforma e ampliação do CMEI, o que também era um pedido da comunidade, como o estabelecimento de ensino está localizado no centro da Ilha, é grande a demanda para procura de matrícula, desta forma a ampliação se fez necessária.

Na data de 15 de fevereiro de 2022, foi entregue pela atual gestão a obra e todas as benfeitorias que foram feitas no CMEI, as crianças já iniciaram o ano letivo no novo estabelecimento.

Com a ampliação o CMEI aumentou mais 3 salas de aula ,1 solário, sala dos professores, sala da coordenação, sala de direção ,banheiros para funcionários e crianças adaptados para pessoas com deficiência , manutenção em sua área externa, sala multiuso, pátio externo.

ANTES



DURANTE



DEPOIS



1.3. RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, ESPECIFICANDO CARGOS E FUNÇÕES E VÍNCULO EMPREGATÍCIO, HABILITAÇÃO E NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

CARGO/FUNÇÃO	PROFISSIONAL	HABILITAÇÃO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
Diretor	Tamizia dos Santos Chaves	Pedagogia Educação Especial na Educação Infantil	Graduação e Especialização
Pedagogo	Barbara Cunha da Silva Mendes	Pedagogia Coordenação	Graduação Especialização
Educador Infantil	Marilânia Angelita Toggo	Magistério	Magistério
Educador Infantil	Josefina Maria Alexandre da Silva	Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Cleodete Cordeiro Barbosa	Magistério	Pedagogia/cursando
Educador Infantil	Tabita Fernanda C. de A. Tramujas	Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Janaina dos Santos Ribeiro	Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Ruth Cristina T. de Moraes	Pedagogia Educação Especial	Graduação e Especialização
Educador Infantil	Arlete C. Crisanto de Miranda	Magistério	Pedagogia/cursando
Monitora	Marceli Cardoso Teodoro	Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Elizandra Zela	Pedagogia Psicopedagogia com ênfase em Práticas Inclusivas	Graduação e Especialização
Educador Infantil	Jussara Santos Gouveia	Pedagogia Coordenação Supervisão e Orientação Pedagógica	Graduação e Especialização/cursando o Mestrado

Educador Infantil	Daiane Fernandes M.Rodrigues	Pedagogia Educação Especial na Educação Infantil	Graduação e Especialização
Educador Infantil	Andressa França de Melo	Pedagogia Educação Infantil	Graduação e Especialização
Monitora	Andressa do Carmo Costa	Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Kelli Fernanda dos Santos	Pedagogia Educação Especial na Educação Infantil	Graduação e Especialização
Educador Infantil	Michele da V. Americo	Magistério	Magistério/cursando pedagogia
Educador Infantil	Sabrina de Lima Alves	Pedagogia Educação no Campo	Graduação e Especialização
Monitora	Rita de Cassia dos Anjos	Magistério	Magistério
Educador Infantil	Gil Driely P.do S.P. Wistuba	Pedagogia Educação Infantil	Graduação e Especialização
Educador Infantil	Loide Ribeiro Assunção	Magistério	Cursando Pedagogia
Educador Infantil	Rose Mara Perpetua Correa	Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Thaina Suelen de Souza	Pedagogia Especialização Neuro psicopedagogia.	Graduação e Especialização
Serviços Gerais	Angélica de Quadra Freitas	Ensino Médio	Ensino Médio
Serviços Gerais	Suelen Padovani Apolinário	Ensino Médio	Ensino Médio

Serviços Gerais	Cristiane Gonçalves Martins	Ensino Médio	Ensino Médio
Estagiária	Ligia Stefanie Branco Abud	Ensino Médio	Cursando Pedagogia
Estagiária	Alline Vieira Rodrigues	Ensino Médio	Cursando Pedagogia
Estagiária	Nathiely Janete Rodrigues da Silva	Ensino Médio	Cursando Pedagogia
Estagiária	Ana Paula de Lima Bezerra	Ensino Fundamental	Cursando Magistério



1.4 Contextualização socioeconômico, cultural e educacional da comunidade escolar.

A maioria das crianças que são atendidas na instituição de ensino, são filhos de trabalhadores de ramos de atividades diversas, pelo fato de o CMEI ser inserido em uma Ilha, há alguns familiares que tiram o sustento da pesca. Há também famílias que não tem fonte de renda e são beneficiados por programas do Governo, como o bolsa família. A cultura regional permanece forte entre a comunidade como a dança o Fandango, a pesca e os costumes locais.

O grau de instrução dos familiares é diversificado, hoje muitos dos pais das crianças que estão matriculadas, estão cursando o curso superior, são jovens entre 18 e 30 anos.

A maioria das famílias constituídas são jovens e há vários membros, percebemos que para esses familiares o CMEI é um auxílio para criação dos seus filhos. Por esse motivo, acreditamos que o envolvimento e parceria dos responsáveis pelas crianças é fundamental para o bom desenvolvimento delas.

Para que esta ação aconteça, no início do ano letivo, marcamos um encontro com os familiares e apresentamos a nossa proposta pedagógica, expondo os princípios metodológicos, explicando qual a real função da educação infantil e as metas que pretendemos alcançar, salientando a importância da parceria da família neste processo. Deixamos claro que o espaço é aberto a todos e temos como objetivo maior, o bem estar de todas as crianças.

Destacamos também o perfil da equipe que atua na instituição, as docentes quando ingressaram no cargo de educador infantil o requisito de escolaridade inicial era o ensino médio, o grupo é formado por 21 educadoras sendo que hoje 15 já concluíram a graduação e 4 estão cursando a especialização. Enquanto maior for o grau de instrução da equipe, maior é o entendimento da modalidade de ensino e melhor será a qualidade ofertada.

O perfil socioeconômico dos funcionários é parelho pelo fato de todos serem servidores públicos, o que difere é o cargo e a escolarização.

Todo início de ano letivo há o momento de acolher, conhecer as crianças e suas famílias e somente após planejar intenções para as faixas etárias. Os registros são feitos semanalmente pela educadora, são feitas as intenções de acordo com Projeto da turma, e as vivências são narradas diariamente, a intenção dessa forma de registro é enxergar as crianças de forma plena, saber como vivem no CMEI, como se sentem, o que falam, como se expressam e com as narrativas, avaliar se há construção de conhecimento e se há necessidade de intervenções nas práticas pedagógicas.

Como a instituição faz parte da rede de ensino municipal, há também a forma de registro para acompanhamento de frequência das crianças e do planejamento do educador que é um sistema online LRCO. E como é feita a organização do trabalho docente? Há dois momentos no ano letivo que nos reunimos para planejar e discutir o decorrer do ano letivo.

No início a equipe gestora direciona para organizar as datas de mostras de projetos, interações com familiares, a formação continuada em serviço e reforça a importância da pesquisa, salientando também a adequação dos projetos a faixa etária que cada educadora irá atender. O que sempre prezamos foi a interação familiar, a importância de manter esse elo na primeira infância, pois para que as crianças cresçam de forma saudável elas precisam se sentir seguras na escola e em seu seio familiar. Dentro da nossa proposta planejamos cinco grandes encontros que são:

- 1º é Reunião nos primeiros dias do ano letivo, separados por turma para falar sobre a nossa proposta pedagógica, sobre as normas da instituição e para dar voz aos pais, para que nos contem sobre seus filhos.
- 2º é crianças, o que vem sendo proporcionado e as experiências que vem sendo vividas, abrimos o CMEI para a exposição por uma semana, neste ano letivo foi no mês de Dia da Família que acontece no mês de maio, encontro destinado para mostra de Projetos ou para abordar algum assunto que envolva interação entre adultos e crianças, no ano de 2023, foi abordado o tema Valorização da Infância, as famílias participaram trazendo para dentro do CMEI, algo que lembrasse sua infância e no momento do encontro foi compartilhada a lembrança, dessa forma reforçamos com os adultos a importância de seus filhos viverem esta fase tão única da vida.
- 3º É a mostra de Projetos, para que os pais possam acompanhar como vem sendo a construção do conhecimento das agosto, os familiares apreciam junto a seus filhos.
- 4º Proposta de interação familiar fora do CMEI, o planejado para o mês de outubro é um passeio de barco pelo entorno da baía de Paranaguá, esse

momento é um marco para as crianças pois gera nelas muitas memórias afetivas, muitas das crianças que moram na Ilha não tiveram essa experiência, algumas por condições financeiras, outras mesmo até por falta de tempo dos responsáveis, então se não for pela escola não terão oportunidade dessa vivência.

- 5º Mostra do Portfólio, no final do ano abrimos o CMEI para expor os instrumentos de avaliação que conta com o Parecer descritivo e o Portfólio, é preparado um dia muito acolhedor para receber as famílias, pois para alguns é uma ocasião de despedida, algumas crianças já partirão para a escola. A importância desse momento tem a intenção de ficar eterna, pois deixaremos nossas marcas, nas famílias por confiarem seus filhos a nós e nas crianças principalmente, por levarem junto a sua infância nós como lembrança. A rotina de cuidados:

O que prezamos também na instituição são os momentos de refeição das crianças, a alimentação é de qualidade, o cardápio é balanceado e feito por um nutricionista. Os atendidos em período parcial fazem duas refeições e os do período integral fazem 4 refeições, há um refeitório que fica localizado no centro do CMEI, as educadoras estimulam a autonomia das crianças, as ensinando a se alimentarem sozinhas.

Conforme a Resolução CNE/CEB 05/09

Art. 8º § 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

IV - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

V - o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

VI - os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

VII - a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

X - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes. § 2º Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade, as propostas pedagógicas para os povos que optarem pela Educação Infantil devem:

I - proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;

II - reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;

III - dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;

IV - adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena. § 3º - As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;

II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

II - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;

IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

1.5 Contextualização das condições físicas e materiais.

O espaço da Instituição é dividido em: 8 salas de aula; 1 sala central -ambiente coletivo; 1 sala para professores; 1 sala para coordenação; 1 sala para direção-secretaria; 1 almoxarifado; 6 banheiros para criança; 1 refeitório; 1 pátio interno; 1 cozinha; 1 sala para armazenar mantimentos; 1 lavanderia; 2 salas de armazenar 6 banheiros para os adultos; produtos de limpeza; 1 solário acoplado a uma sala de aula.

1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes.

Nossas salas de aula estão equipadas para proporcionar um adequado atendimento ao público infantil que compreende de 0 a 4 anos. Logo na entrada da instituição a uma frase de Boas-vindas que diz “ Aqui valorizamos o começo da vida” pois entendemos que é no início que criamos os alicerces para a vida

toda, é direito das crianças que estão sobre nossa responsabilidade se sentirem seguras e respeitadas, para tal o ambiente deve ser propício e acolhedor, uma escola da infância tem que ser para as crianças e ter as marcas delas, as produções sempre devem ser evidenciadas e valorizadas, pois ficam expostas por toda a instituição. Dessa forma os pequenos se sentem pertencentes ao local.

Em todas as salas há materiais e mobiliário adequado a faixa etária de crianças atendidas, a cantos de interesse, materiais de longo alcance, os não estruturados, brinquedos, livros.

O espaço físico foi pensado e planejado para atender as necessidades da primeira infância, a estética do entorno e o que se oferta dentro de uma escola para a infância, revela o que os profissionais entendem sobre concepção de criança e infância.

Os cantos de interesse nas salas, reforçam a importância da brincadeira, dá a criança o direito da escolha, estimula a imaginação, faz com que haja representatividade de papéis, muitas vezes representam o cotidiano, fortalece os vínculos, estabelece relações de afetividade entre os colegas e com o educador, estimula a construção da autonomia e da auto estima. São nesses momentos que o educador, tem que ter um olhar sensível para poder captar as delicadezas e as aprendizagens que estão sendo proporcionadas as crianças. Todos os ambientes precisam trazer: potência e ser um aliado na construção de saberes e no desenvolvimento da proposta pedagógica.

Prezando essa intencionalidade, montamos para as crianças um espaço coletivo, uma sala que denominamos Espaço Navegar, nesta sala contém materiais diversos, cantinhos, muitos brinquedos e livros, esta sala é utilizada diariamente, mas por ser um espaço fechado e de uso de todos, a dias estipulados para cada turma. Assim como afirma Malaguzzi. “Quanto mais ampla for a gama de possibilidades que oferecemos as crianças, mais intensas serão suas motivações e mais ricas serão suas experiências”.

As crianças permanecem no CMEI de quatro a nove horas diárias, e não a horários rígidos para que se vivenciem as propostas, o ambiente externo é

ocupado diariamente por todos, é um espaço amplo que contém verde, a uma árvore grande onde os pequenos sempre a rodeiam para brincar.

O espaço externo também é utilizado para os momentos de lazer e para o ócio, á um tanque de areia, uma cozinha de lama, uma casinha de madeira, dois amplos espaços, um espaço verde com grama com pequenas arvores frutíferas e um espaço com gramado sintético.

Disponibilizamos de materiais não estruturados, para que as crianças possam criar seus próprios brinquedos, estimulando a imaginação. Planejamos momentos de interação entre as turmas onde são misturadas as faixas etárias

O desemparedar é algo fundamental na infância, não há como uma criança viver somente entre quatro paredes, ela precisa ver e sentir a vida do lado de fora, o conhecimento de mundo parte dos sentidos.





1.6 Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar

Procuramos atender todas as crianças que tem como direito assegurado e garantido pela Constituição Federal de 1988 e fortalecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8069/1990, que garante a titularidade do direito ao atendimento em creches ou pré-escolas às crianças, sendo que independente da denominação dos estabelecimentos é responsabilidade destes oferecer cuidado e educação, de forma institucional e sistemática.

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, Art. 5º §2º é obrigatório a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 04 anos até o dia 31 de

março do ano em que ocorrer a matrícula; §6º é considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

O C.M.E.I. “Nossa Senhora dos Navegantes”, inicia suas atividades às 07h30min às 17h30min, atendendo em período integral e parcial as turmas, período integral 07h30min às 16h30min, período parcial manhã 07h30min às 11h30min, parcial tarde 13h30min às 17h30min. Já na turma integral 07h30min às 16h30min: Infantil I integral, Infantil II Integral; turmas manhã Infantil II, Infantil III e Infantil IIII, turmas tarde, Infantil II, Infantil III e Infantil IIII. Para poder atender a clientela que se dispõe, contamos com um número regular de profissionais para atender todas as turmas desde o Infantil I até o Infantil IIII.

Os portões no momento da entrada são abertos 10 minutos antes do início das aulas 7:20h / 13:20h para que os familiares aguardem junto com a criança os professores que recebem as crianças nos períodos de 7:30h / 13:30h. Evitando que adultos e crianças sejam expostos ao sol e chuva no momento da entrada.

Conforme a LDB 9394/96

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Estabelecemos limites de tolerância de 15 minutos na saída de crianças, no intuito de organizar a rotina da instituição, somente em casos isolados de extrema emergência, de famílias em situações diferenciadas, trata-se com mais flexibilidade pela equipe gestora.

Em casos de atraso na entrada as crianças têm o direito de permanecer no CMEI, porém será registrado em ata a orientação aos responsáveis quanto aos horários de tolerância. Já, em casos de atrasos frequentes na saída, após a tentativa de contato com os responsáveis, a equipe gestora entrará em contato com o Conselho Tutelar que tomará as medidas cabíveis.

A medicação só poderá ser administrada no ambiente escolar pelos pais ou responsáveis podendo ser em caso de tratamento contínuo, temporário ou periódico, devendo apresentar a prescrição médica detalhada, a qual será realizado o registro em ata, tendo o direito de ministrar o medicamento nos horários prescritos, assumindo qualquer reação adversa.

A rotina diária inicia logo na entrada, após todos chegarem e se acomodarem em suas salas com um acolhimento pedagógico, no horário pré determinado seguindo o cardápio da empresa terceirizada, é servido o café da manhã, após todos seguem as rotinas propostas: com projetos direcionados para cada etapa formulado com planejamentos como: propostas em sala de aula, propostas no pátio, propostas no parque, propostas nas imediações do cmei, propostas na caixa de areia, hora da história, momento da higiene e momento do soninho, com intervalos para as refeições: desjejum, almoço, (manhã) lanche e jantar (tarde). Contamos com um cardápio variado e inspecionado por nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação e empresa terceirizada que nos atende fornecendo os alimentos.

Procuramos atender de forma ininterrupta a individualidade de cada criança e suas necessidades físicas e mentais. Nos horários das refeições procuramos incentivar as crianças a comer com autonomia, sendo observadas e orientadas pelas educadoras e funcionários responsáveis pela educação e pelo cuidar de nossas

crianças. Após cada refeição é realizada a higiene de cada criança com orientação e supervisão, sendo também momento pedagógico.

Envolvemos principalmente em nossa rotina o ato de brincar e aprender com propostas que permitam o desenvolvimento dos conteúdos propostos e seus pré-requisitos para aquisição de conhecimento. As brincadeiras são dirigidas e livres, o que possibilitam ao educando desenvolver e perceber suas habilidades e superar-se.

O reconhecimento da importância do sono para o desenvolvimento infantil, não significa que todas devem dormir no mesmo horário e que tem o mesmo tempo de sono. Algumas crianças dormem de uma a duas horas, outras necessitam somente de momentos de descanso, relaxamento, um pequeno cochilo e há ainda, as que não dormem. E para aquelas que não dormem são conduzidas para uma leve atividade com possibilidades de exploração de materiais e ambientes como: o cantinho da leitura, um passeio no parquinho e nas salas que não tem crianças de outros períodos. A instituição oferece um ambiente físico onde a criança sintam-se estimulada e segura para arriscar e vencer desafios, com o acompanhamento do educador, oferecendo estímulos para o seu desenvolvimento. Levando em conta os conhecimentos e as habilidades que a criança já possui e o seu nível de desenvolvimento, evitando expor a criança caso ela não queira participar da brincadeira, atendendo suas necessidades e aptidões, mas sempre encontrando possibilidades dentro do seu planejamento para suprir esse interesse. As educadoras tem autonomia para organizar a rotina de suas salas sendo essas descritas no planejamento, podendo ser em conjunto com outras colegas que acontece as interações que em nosso cmei são diárias, que ocorrem dentro do cmei e ao redor e parte externa, mediante autorização dos pais que assinam no início do ano, e qualquer atividade que necessite de algo ou espaço diferenciado que ultrapasse acordo pré estabelecido, são realizadas reuniões com a equipe pedagógica e se necessário pais ou responsáveis.

Todas as ações desenvolvidas com as crianças, é por meio das brincadeiras, pois é através das brincadeiras que a criança aprende a esperar sua vez, a lidar com suas frustrações, a conviver, a ganhar e a perder, a cooperar com os companheiros, a assumir responsabilidades, a aceitar penalidades que lhe são impostas, a acatar a autoridade. A brincadeira está sempre presente no cotidiano infantil, ela se torna importante no desenvolvimento da criança fazendo uma conciliação a brincadeira de

forma efetiva, criando vínculos mais duradouros, além de desenvolver o seu raciocínio. As ações que acontecem no jogo são criadas e recriadas, para ocorrer novas descobertas e sempre se transformem em um novo jogo.

As brincadeiras são formas mais originais que a criança tem de se relacionar e de se apropriar do mundo. É brincando que ela se relaciona com as pessoas e objetos ao seu redor, aprendendo o tempo todo com as experiências que pode ter. São essas vivências, na interação com as pessoas de seu grupo social, que possibilitam a apropriação da realidade, da vida e toda sua plenitude. (SANTOS, 2010, P.4)

Para Vygotsky (1998, p. 105), brincadeira é considerada como: “um espaço de aprendizagem, onde a criança ultrapassa o comportamento cotidiano habitual de sua idade, onde ela age como se fosse maior do que é, representando simbolicamente o que mais tarde realizará”.



No CMEI sempre todas as brincadeiras são desenvolvidas em todos os ambientes dando total importância para as brincadeiras em espaços abertos, pois fora das salas de aulas esses momentos contribui no processo ensino/aprendizagem pois

não é uma mera atividade para o ensino da educação infantil, mas uma atividade que traz uma bagagem necessária para a vida, o educador reencontra a alegria e o prazer nos jogos e brincadeiras em lugar totalmente livre e mais perto da natureza, recriando-os com as crianças e fazendo com que fiquem cada vez mais ativos levando a aprender e descobrir por si próprios, significados tanto para a assimilação dos papéis sociais como o respeito ao meio ambiente fatos esses que ocorrem em seu meio, brincando aprendendo perto de árvores, frutos, flores, grama, areia, sol. As brincadeiras são utilizadas sempre cativando a atenção da criança e criando uma atmosfera de prazer e aprendizagem, e nos dias atuais onde as crianças estão começando mais cedo a se envolverem com celulares, tablets, o cmei avalia com total importância, quebrando essa barreira mecânica e abstrata do brincar, o ambiente escolar no nosso caso os cmei em muitos momentos acabam sendo o único lugar que as crianças vão brincar ao ar livre com outras crianças, é onde entra a necessidade dessa prática bem preparada pelos nossos educadores o qual é realizado no cmei Navegantes. Com esse direcionamento compreendemos que alcança uma interação importante, além do aprendizado, intelectual, físico e emocional, mostrando com isso que as brincadeiras fora das salas de aulas muitas vezes apertadas no conceito das crianças e com figuras abstratas têm função pedagógica, e a criança ela traz com si vivências culturais que é sempre colocada em prática nas brincadeiras.

1.6.1 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas.

Turmas integrais	
TURMA	Nº CRIANÇAS
Turmas Integrais	
INFANTIL 1	10
INFANTIL 1	10

INFANTIL 2	14
Turmas Parcial Manhã	
INFANTIL 2	14
INFANTIL 3	20
INFANTIL 4	20
INFANTIL 4	20
INFANTIL 4	20
Turmas Parcial Tarde	
INFANTIL 2	14
INFANTIL 3	20
INFANTIL 3	20
INFANTIL 4	20
INFANTIL 4	20

1.6.3 Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma nomenclaturas

Esta instituição de ensino atende 13 turmas, sendo 10 em período parcial e 3 em período integral.

TURMA	PERÍODO	Nº CRIANÇAS	Nº EDUCADOR/MONITOR
INFANTIL 1	INTEGRAL	10 (6m a 2 ano)	02 EDUCADORAS E 1 MONITORA
INFANTIL 1	INTEGRAL	10 (6m a 2 ano)	03 EDUCADORAS
INFANTIL 2	INTEGRAL	14 (2 a 3 anos)	03 EDUCADORAS
INFANTIL 2	MANHÃ	14 (2 a 3 anos)	1 EDUCADORA

INFANTIL 2	TARDE	14 (2 a 3 anos)	2 EDUCADORAS
INFANTIL 3	MANHÃ	20 (2 a 3 anos)	01 EDUCADORA
INFANTIL 3	TARDE	20 (3 anos)	01 EDUCADORA
INFANTIL 3	TARDE	20 (3 anos)	01 EDUCADORA
INFANTIL 4	MANHÃ	20 (4 anos)	01 EDUCADORA
INFANTIL 4	MANHÃ	20 (4 anos)	01 EDUCADORA
INFANTIL 4	MANHÃ	20 (4anos)	01 EDUCADORA
INFANTIL 4	TARDE	20 (4 anos)	01 EDUCADORA
INFANTIL 4	TARDE	20 (4 anos)	01 EDUCADORA

As salas são atendidas por educadores formados em magistérios, algumas cursando ou formada em pedagogia e concursados, cada sala tem 1 a 2 educadoras que fica com total responsabilidade pelo desenvolvimento pedagógico das crianças. As turmas são divididas conforme a legislação define.

A Educação Infantil na (LDB nº 9.394/96) considerada como obrigatória:

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

I - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

II - atendimento à criança de, no mínimo, 4(quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7(sete) horas para a jornada integral;

III - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

IV - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

As salas são divididas por turmas e idades, a proposta curricular atende cada fase de desenvolvimento.

As atividades são diárias, são organizadas a rotina para as crianças como: brincadeiras nos espaços internos e externos, leitura, leitura pela criança de forma visual, contação de histórias, roda de conversa, desenhos, música direcionada, atividades diversificadas, jogos, movimentos corporais, integração para o brincar, manuseio na pequena horta, aula/trabalho de campo. Os conjuntos de atividades planejadas e orientadas com o objetivo de promover aprendizagens específicas. Os projetos são pensadas de forma que a aprendizagem anterior organize e capacite a

criança para a aprendizagem seguinte, e tem como foco principal o aprofundamento de conhecimentos. Preveem um produto final que seja comunicativo das aprendizagens das crianças.

A organização dos trabalhos tem objetivos claros no planejamento, tanto para as crianças quanto para os educadores, e tempo determinado, as atividades são elaboradas através de projetos que envolvem seu cotidiano. Envolve propostas de pesquisa, sistematização e a socialização de conhecimentos.

Essas atividades acontecem com regularidade, existe espaço para reflexão constante e possibilidade de reorganização do planejamento, de acordo com os estudos abordados. Todas essas atividades desenvolvidas favorecem muito o desenvolvimento das crianças do CMEI, pois os remete ao aprendizado favorecendo as relações entre todos, professores, amiguinhos e família.

1.6.4 Projetos próprios das instituições e oferecidos pela mantenedora

Espaço do Educador- Ressignificando novos saberes

Na instituição de ensino há um projeto contínuo, que foi implantado em 2015 pela pedagoga e se estende até o presente momento. O título parte de um artigo escrito pela mesma para uma especialização, onde a fonte de pesquisa era a equipe docente do CMEI.

Neste ano surgiu está problemática, e assim foi feita uma avaliação diagnóstica sobre o nível de conhecimento de cada educadora, a partir da escrita de textos, de relato de pesquisas foram aparecendo lacunas, no que diz respeito a formação acadêmica e principalmente a formação continuada, pois nos deparamos com profissionais que haviam cursado o magistério a muitos anos, e com profissionais que haviam saído recentemente da academia, mais pouco sabiam sobre a legislação que rege o trabalho docente na educação infantil.

Após essas devolutivas, nasce o projeto Espaço do Educador, dentro do CMEI Nossa Senhora dos Navegantes, por muito tempo foi um processo de sensibilização para

mostrar aos profissionais a importância do trabalho prestado, que sem a teoria não haveria sustentação para a prática.

Como cada educadora tem um terço da sua carga horária de trabalho destinada para estudo e pesquisa, que é a hora atividade, foi nestes momentos que foi implantado o projeto, iniciaram com pequenas pesquisas de textos de livros, de páginas da internet, elas precisavam ter o conhecimento de quem fala e estuda sobre a educação infantil, também houve a necessidade de se incorporarem mais sobre a legislação.

No início haviam textos muito rasos, muitas vezes não passavam de pequenos parágrafos, as vezes somente cópias de livros, mas o movimento de mudança começou quando começaram a aparecer os exemplos de educadoras, que nas suas práticas demonstravam os avanços e assim foram passando umas para as outras.

Já se passaram oito anos, e nesse tempo é nítido os avanços nas educadoras, já falam com conhecimento de causa e acima de tudo entendem sobre a primeira etapa da educação básica, respeitam as infâncias e sabem que estão tratando com crianças e não com estudantes, a teoria fortaleceu a prática de uma maneira que elas se sentem seguras com as ações e propostas que são ofertadas as crianças, pois hoje sabem porque e para que estão fazendo.

E não somente nas pessoas enxergamos mudanças, o ambiente também revela, os espaços do CMEI, são planejados pensados para as crianças, as salas são de acordo com a faixa etária atendida e todos os ambientes são propícios ao brincar.

O Espaço do Educador, fortaleceu a defesa a educação infantil e ascendeu em todos um sentimento de pertencimento a instituição, pois é claro o orgulho que traz a elas essa autonomia do conhecimento.

O resultado das pesquisas que são realizadas por semestre ficam em uma pasta, para acesso da pedagoga que coordena, e recentemente essas pesquisas foram gravadas em formato de podcast, para que cada educadora possa enxergar sua evolução.

1.6.5 Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade

Com base na INSTRUÇÃO N° 01/2018 - SEMEDI

Art. 2º As atividades de docência dos professores e professores auxiliares, no efetivo exercício da função, nas Instituições de Ensino da Rede Municipal, será organizada semanalmente consoante tabela abaixo.

Cargo	Jornada Semanal	Atividade Docente	Hora Atividade
Professor Regente e Corregente: Educação Infantil, e Apoio Pedagógico.	40 Horas Semanais	M: 13h20min. T: 13h20min.	M: 6h40min . T: 6h40min .

§ 2º Os profissionais ocupantes dos cargos de Professor de Anos Iniciais, Professor de Apoio Pedagógico, Educador Infantil, Monitor e Professor Auxiliar (de todas as áreas), com jornada semanal de 40 horas, terão as atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função de 6h40min (seis horas e quarenta minutos) por turno.

§ 3º A Hora Atividade do Profissional de Apoio poderá ser fracionada, mediante necessidade da criança ou da organização da instituição;

Art. 3º As atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função dos Professores de AEE, Educadores Infantis e Monitores, no efetivo exercício da função, nas Instituições de Ensino, serão de 13h (treze horas) por semana para jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais divididos por turno de trabalho e 6h e 40 min. (seis horas e quarenta minutos) horas por semana para jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º Os horários destinados aos intervalos deverão contar na carga horária de hora atividade, pois estão inclusos na jornada de trabalho semanal.

HORA ATIVIDADE

Como pronunciado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que garante ao professor tempo dentro da sua jornada de trabalho para a realização de atividades extraclasse que no nosso CMEI é 40 horas semanais. As educadoras realizam sua hora atividade as 12 horas semanais, conforme normativa, planejando, pesquisando, confeccionando, relatórios, portfólios, mini histórias, preenchendo RCO e também realização de formação em trabalho e pela SEMEDI.

Turmas	Educadora	Manhã	Tarde
INFANTIL 4 Manhã	Thaina		Terça 13:30 / 17:30 Quinta 13:30 / 17:30 Sexta 13:30 / 17:30
INFANTIL 4 Manhã	Marceli		Segunda 13:30 / 17:30 Terça 13:30 / 17:30 Quarta 13:30 / 17:30
INFANTIL 4 Manhã	Ruth		Segunda 13:30 / 17:30 Quarta 13:30 / 17:30 Quinta 13:30 / 17:30
INFANTIL 4 Tarde	Sabrina	Terça 07:30 / 11:30 Quinta 07:30 / 11:30 Sexta 07:30 / 11:30	
INFANTIL 4 Tarde	Josefina	Segunda 07:30 / 11:30 Quarta 07:30 / 11:30 Sexta 07:30 / 11:30	
INFANTIL 3 Manhã	Cleodete		Segunda 13:30 / 17:30 Quinta 13:30 / 17:30 Sexta 13:30 / 17:30
INFANTIL 3 Tarde	Andressa Melo	Segunda 07:30 / 11:30 Quarta 07:30 / 11:30 Sexta 07:30 / 11:30	
INFANTIL 3 Tarde	Gil	Terça 07:30 / 11:30 Quarta 07:30 / 11:30 Sexta 07:30 / 11:30	
INFANTIL 2 Manhã	Kelli		Terça 13:30 / 17:30 Quarta 13:30 / 17:30 Sexta 13:30 / 17:30
INFANTIL 2 Tarde	Michele	Segunda 07:30 / 11:30 Terça 07:30 / 11:30 Quinta 07:30 / 11:30	
	Jussara	Segunda 07:30 / 11:30 Quarta 07:30 / 11:30 Sexta 07:30 / 11:30	
INFANTIL 2 Integral	Janaina	Sexta 07:30 / 11:30	Segunda 12:30 / 16:30 Sexta 12:30 / 16:30
	Tabita	Quarta 07:30 / 12:30	Terça 12:30 / 16:30

			Quarta 12:30 / 16:30
	Rose Mara	Segunda 07:30 / 12:30 Terça 07:30 / 11:30 Quinta 07:30 / 11:30	
INFANTIL 1 Integral	Rita	Segunda 07:30 / 12:30 Quarta 07:30 / 12:30 Sexta 07:30 / 12:30	
	Daiane	Quinta 07:30 / 12:30	Terça 12:30 / 16:30 Quarta 12:30 / 16:30
	Marilânia	Terça 07:30 / 12:30	Segunda 12:30 / 16:30 Sexta 12:30 / 16:30
INFANTIL 1 Integral	Arlete	Terça 07:30 / 12:30 Quinta 07:30 / 12:30	Segunda 12:30 / 16:30
	Eliz	Segunda 07:30 / 12:30 Quarta 07:30 / 12:30	Quarta 12:30 / 16:30
	Loide		Terça 12:30 / 16:30 Quinta 12:30 / 16:30 Sexta 12:30 / 16:30

1.6.6 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes;

Dentro da proposta curricular, os planejamentos são organizados de forma ampla, contemplando todos os espaços do CMEI seja interno ou externo e em torno do CMEI. O nosso CMEI está localizado em uma ilha onde temos uma vasta área para ser explorada, entre a flora com árvores frutíferas, flores, plantas e seus insetos, que é planejado com as crianças a investigação, com início a pesquisa científica, temos também a fauna, como o a maré que é braço de mar com seus animais aquáticos, que é a cultura local, seja para pesquisar, para se alimentar, que mexe com a economia de muitas das nossas famílias. Todos os planejamentos tem a proposta de desemparedar com momentos dirigidos e momentos livres, sempre com interações e brincadeiras entre todas as turmas.

1.6.7 Plano de Atendimento Emergencial

O Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola **foi instituído por meio da Lei n. 18.424, de 08 de janeiro de 2015 , alterada pela Lei n. 20.863, de 07 de dezembro de 2021 , e regulamentada pelo Decreto n. 4.587, de 13 de julho de 2016.**

O curso tem como principal objetivo formar profissionais da educação para compor as brigadas escolares nos estabelecimentos da rede pública municipal de ensino. Os participantes são capacitados de forma presencial, teórico e prático, com carga horária de 60 horas, locais a serem definidos pela Semedi.

O PAE - Plano de Atendimento a Emergência deve ser realizado no mínimo 2 vezes por ano nas Instituições de Ensino. No curso da Brigada Escolar é mostrado esse procedimento. No ano anterior os instrutores do curso os GCMs Jean Balboni e Sérgio Mendes, juntamente com a SEMEDI, estiveram em quase todos os CMEIs. Esse ano, a Semedi pretende visitar as demais instituições de ensino do nosso município para demonstrar a prática e depois seguirem com o Plano.

PROCEDIMENTOS REALIZADO NO CMEI.

Ao primeiro indício de **incêndio**, transmitir o alarme geral e chamar imediatamente o Corpo de Bombeiros. Desligar a chave elétrica geral, em caso de curto-circuito. Procurar impedir a propagação do fogo combatendo as chamas no estágio inicial com extintores. Após o alarme as crianças com um cabo guia (corda adaptada) saem infelirados para a rota de fuga, antes um brigadista ficará aposto indicando o local de saída, apos sairem das salas de aula, fazer um risco na diagonal com a porta fechada para marcar que nesse local não tem mais ninguém. Após um integrante da equipe gestora verificar todos os procedimentos fechar a porta principal de saída e ir a rota de fuga, fazendo a contagem de todos, nomeando as salas, infantil 1, 2, 3, 3,4.

No nosso CMEI Navegantes tem a rota de fuga definida que é rua lateral ao cmei, as crianças já sabem qual é o ponto seguro para onde devem se deslocar. O cmei junto com os professores brigadistas fizeram a simulação, todos ouviram atentamente a orientação dos professores, que realizam a contagem das crianças no local para garantir que todos estejam sempre em segurança. Serventes e merendeiras também se mobilizam na simulação. Cada um tem uma tarefa a cumprir e levam isso muito a sério. Na simulação realizada no Cmei, 128 crianças em cada turno, com


educadoras e equipe gestora e professores de Brigada realizam a simulação, foi preciso menos de 2 minutos para que todos estivessem em seus lugares, na área externa do cmei.

O fogo não tem dia e não tem hora para acontecer. Crianças e adultos não preparados têm tendência de serem impulsivas. Por isso, a equipe gestora realizou essas simulações outros dias de surpresa, para que todos tenham continuidade e até levem os ensinamentos para o futuro, em casa ou outros ambientes. A cada simulação vamos aperfeiçoando as estratégias. Acreditamos que não foi confortável, pois as crianças se assustaram ao sinal do alarme, mas deu certo, e pretendemos de forma inesperada realizar em outros momentos.

1.6.8 Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024



EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6					1	2	3					1	2		
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	3	4	5	6	7	8	9
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	10	11	12	13	14	15	16
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	17	18	19	20	21	22	23
28	29	30	31				25	26	27	28	29			24	25	26	27	28	29	30
														31						
DIAS LETIVOS	0						DIAS LETIVOS	13						DIAS LETIVOS	20					
Férias	30						Carga Horária	52						Carga Horária	80					
Recesso	0						Recesso	3						Recesso	0					
Feriado	1						Feriado	0						Feriado	2					

ABRIL							MAIO							JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6					1	2	3	4					1	2	
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29
														30						
DIAS LETIVOS	22						DIAS LETIVOS	19						DIAS LETIVOS	20					
Carga Horária	88						Carga Horária	76						Carga Horária	80					
Recesso	0						Recesso	1						Recesso	0					
Feriado	1						Feriado	2						Feriado	0					

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7	
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
28	29	30	31	SEFE			25	26	27	28	29	30	31	29	30					
DIAS LETIVOS	12						DIAS LETIVOS	21						DIAS LETIVOS	21					
Carga Horária	48						Carga Horária	84						Carga Horária	84					
Recesso	10						Recesso	0						Recesso	0					
Feriado	1						Feriado	0						Feriado	1					

OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5						1	2	3	1	2	3	4	5	6	7	
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30	31				
DIAS LETIVOS	21						DIAS LETIVOS	20						DIAS LETIVOS	12					
Carga Horária	84						Carga Horária	80						Carga Horária	48					
Recesso	1						Recesso	0						Recesso	9					
Feriado	2						Feriado	2						Feriado	1					

LEGENDA	
FERIAS	
INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE	
FORMAÇÃO CONTINUADA	
PLANEJAMENTO	
REFORMULAÇÃO PPP	
PRÉ - CONSELHO	
CONSELHO DE CLASSE	
PÓS - CONSELHO	
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
RECESSO ESCOLAR	

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFIRTERIZAÇÃO UNIVERSAL
	29 PASSÃO DE CRISTO
MAR	21 PASCOA
ABR	21 TRADENTES
	01 DIA DO TRABALHO
MAI	30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDENCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
	02 FRIADOS
NOV	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade	
1° Trimestre - 08/02 a 17/05 - 66 dias	
2° Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias	
3° Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias	

Tenille Cibele do Rocio Xavier
Tenille Cibele do Rocio Xavier
 Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Paula da Silva Inacio Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
 Diretor do Departamento de Ensino

Tatiana Passos
Tatiana Passos
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED PGEA - Deliberação nº 01/2023
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.

1.8 Calendário das reuniões da APMF e Conselho Escolar.

DATA / MÊS	HORÁRIO	PAUTA REUNIÃO	PARTICIPANTES
28/02	16h	Deliberação sobre a recursos do PDDE	APMF, CONSELHO ESCOLAR
26/04	17H	Deliberação e aprovação de pesquisa de preço para desratização	APMF, CONSELHO ESCOLAR
05/07	17H	Deliberação e aprovação de pesquisa de preço para serviço de manutenção predial	APMF, CONSELHO ESCOLAR
27/09	14H	Deliberação e aprovação de pesquisa de preços	APMF, CONSELHO ESCOLAR
29/11	16h	Contratação de serviços	APMF, CONSELHO ESCOLAR

1.9 Calendário de prestação de contas

DATA / MÊS	HORÁRIO	PARTICIPANTES
30/07/24	13:30h	Pais ou responsável, professores e funcionários via whatsapp
13/12/24	13:30h	

		Pais ou responsável, professores e funcionários via whatsapp
--	--	--

2. CONCEPÇÕES

2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

O termo sociedade nos traz a ideia do conjunto de pessoas que vivem numa certa faixa de tempo e de espaço, seguindo normas comuns e que são unidas pelo sentimento de consciência de grupo. A manutenção de ações que privilegiam este pensar coletivo estabelece alguns princípios e ideias que nos fazem refletir e reorganizar o modo de pensar questões políticas e normas sociais que elevam as constantes relações com o mundo. Um grupo politicamente organizado é aquele que com mais habilidade supera desafios e organiza seus espaços. A tarefa de construir uma nova sociedade não deve ser delegada, necessariamente, à família ou à sociedade; é também dever da escola, no nosso caso CMEI, a primeira infância. Esta resguarda uma efetiva participação no momento em que inclui em seus conteúdos curriculares a dimensão humanística, científica e político-social. Compromete-se ainda, quando promove o desenvolvimento da criança no sentido de trabalhar lideranças, solidariedade e posicionamento frente ao mundo complexo, fazendo-o compreender as mudanças e sua participação.

2.1.1- Fundamentação Teórica

Cada indivíduo é uma unidade de ação, em primeiro lugar de si mesmo, depois da pequena sociedade familiar e à medida que for capaz de protagonismo, aumentará seu raio de ação, pois, vai encontrar sempre maior demanda para as ações que fizer. É uma força que, em quanto aumenta seu raio de ação, aumenta e reforça o próprio núcleo, ou seja, aumentando o território do seu próprio “eu”. É a centripetação expansiva, como explica o professor Antônio Meneghetti na segunda característica do em si ôntico (MENEGHETTI, 2010). Tudo isto somente é possível a partir do momento em que o indivíduo está inserido em um meio social. O conceito de sociedade e da teoria sobre o fato do indivíduo ser um ser social vem evoluindo ao longo do tempo, impulsionado pela busca que fazem filósofos e sociólogos pela explicação mais ajustada sobre sociedade. O tema “origem da sociedade” e por consequência, o indivíduo como ser social, começa a ser formalizado por Rosseau, Hobbes e Locke no século XVI. São chamados contratualistas em virtude do pacto social, cada um tendo uma concepção particular do homem. Estes pensadores estão em acordo ao fato que o homem, por um “contrato”, reduz o seu egoísmo para poder viver em

sociedade. O indivíduo abre mão de alguns direitos em troca de segurança. Estes três autores são precursores da sociologia ao passo que já desenvolviam uma filosofia política. Hobbes, por sua vez, afirmava que o homem é “lobo do próprio homem” parafraseando o escritor e dramaturgo romano Plauto (254-184 a.C): homo hominis lúpus. Assim, o homem trocava parte de sua Liberdade por segurança. Rosseau afirmava que o homem troca parte da Liberdade por bem-estar social. Locke afirmava que o homem trocava o direito de punir pela garantia de exercer seus direitos naturais como, vida, Liberdade, propriedade e felicidade. O termo sociologia foi criado por Augusto Comte no séc.XIX, sendo considerado o pai da sociologia. No enfoque histórico, os registros a partir dos quais se funda a ciência sociológica como saber, tem como principais atores Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Antes disso, a sociedade só era analisada com o auxílio da filosofia política (MARTINS, 1994). A Revolução Francesa e a Revolução Industrial foram os dois grandes propulsores das transformações que provocaram a necessidade de compreensão do fenômeno social. Augusto Comte, em seu pensamento positivista, entendia que a religião e a filosofia conduzem o homem ao engano necessitando dar vez ao conhecimento científico. Era preciso repensar a ordem social, afastar interpretações baseadas em superstições e crenças infundadas, para abrir espaço a um saber sobre os fenômenos históricos, sociais e instituir um método que permitisse a compreensão da nova ordem de convívio entre os indivíduos.

2.1.2- Direitos Humanos

Os direitos humanos sendo uma categoria de direitos básicos assegurados a todo e qualquer ser humano, não importando a classe social, raça, nacionalidade, religião, cultura, profissão, gênero, orientação sexual ou qualquer outra variante possível que possa diferenciar os seres humanos.

A Declaração dos Direitos Humanos assegura em seus artigos:

Artigo 1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo,

língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5. Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6. Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. Sendo este um tema gerador muito importante referente aos direitos e deveres, trabalhamos no decorrer do ano letivo. Tendo em vista que direitos humanos estão sempre presentes na vida cotidiana de cada pessoa, a Educação Infantil aborda em cada interação, seja da criança com o adulto ou da criança com outras crianças, os direitos, deveres e obrigações, sendo extremamente necessário para o convívio social.

2.1.3- Políticas de Inclusão

A Constituição de 1988 afirma o direito das pessoas com deficiência à educação e ao atendimento educacional especializado, no Art. 208: que estabelece o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Esse direito está igualmente previsto na Lei 9394/96:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento

educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A inclusão nos remete às diferenças no meio social em que se vive e com o qual se estabelecem relações. É preciso conhecer as particularidades do outro para, então, orientá-lo de maneira adequada. Perceber a forma como a criança se desenvolve, brinca, aprende, age e reage aos estímulos e ao meio que o cerca traz elementos para melhor entendê-lo e intervir positivamente.

No CMEI Nossa Senhora dos Navegantes, o compromisso de educar está aliado à responsabilidade da família e dos profissionais que o acompanham, ao compartilhamento de informações e recursos que beneficiam o desenvolvimento da criança e ao fornecimento de um relatório formal enviado ao setor de educação especial da SEMEDI a respeito de uma suspeita de transtorno, problemas na fala (fono) deficiência e/ou

síndrome que apresenta, pois acredita que nessa fase devemos nos orientar devido a ser crianças muito pequenas e precisarem de um tempo muito maior para fechar qualquer suspeita, devido a estarem em fase de desenvolvimento cognitivo e motor.

Considerar as diferentes características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são de fundamental importância, sendo, porém, preciso verificar as condições de aprendizagem que o CMEI pode oferecer. O CMEI Navegantes prioriza o bem estar das crianças, compreendendo que são únicos e diferentes, mesmo naquilo em que se assemelham. Em decorrência, estabelece critérios que visam beneficiar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos, bem como colaborar para que ambos ocorram, pois no Cmei quando há uma suspeita mesmo sem devolutiva da Semedi, os conhecimentos já são flexibilizados para que possa atender com excelência a todos, no momento temos 10 crianças que necessitam do atendimento.

Com base nos estudos, leitura dos materiais bibliográficos sobre o tema educação especial, pode-se constatar o que diz Bergamo (2007, pg 34)

Dentro desse processo, a individualidade de cada educando dialoga com a necessidade do respeito à diversidade dentro e fora da escola. Ao analisar essa realidade, é importante que o professor esteja em permanente processo de aprendizado, vistos os desafios inerentes à sua atuação.

A presente política justifica-se pelo compromisso do CMEI em alinhar os procedimentos pela busca da qualificação e fortalecimento da prática inclusiva.

Avaliar cada situação de acordo com a necessidade da criança conduz o CMEI a estratégias de intervenção no que se refere às necessidades educacionais específicas, seja por meio das orientações recebidas pela Semedi através do setor de educação especial com profissionais especializados e/ou pelo conhecimento e prática adquiridos na relação diária entre o CMEI e a criança.

2.2- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

2.2.1- Fundamentação Teórica

A Educação é uma prática social, transformadora e democrática. A Educação Infantil, portanto, é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (lei nº9.394/96,art.29).

A proposta curricular para a Educação Infantil, iniciou pela necessidade de situar o tempo na infância. Ser criança e viver a infância são direitos conquistados como evidenciados nos pressupostos legais, esses devem ser preservados no âmbito das diferentes instituições sociais, família, escola e comunidade.

Antes de aprofundar as questões referente a concepção, necessitou-se analisar o processo de adultização no qual as crianças estão submetidas, intensificando por meio de comunicação a relação familiar e os processos de formação docente. Mais do que elencar a infância como um período de existência humana, queremos contribuir para repensar o tempo, sem esquecer o direito primeiro de ser criança.

Do séc. XII aos meados do séc. XV, a infância foi considerada uma fase insignificante, não se tinha pela criança afeto, por ser considerada um adulto em miniatura, porém no sec.XVII é que a infância passou a ser vista como uma etapa da vida, vindo assim a ter as primeiras escolas para crianças, as mesmas eram atendidas por religiosos que assim recebiam todas as classes sociais. Assim a escola passou a ser vista como um caminho de ascensão social, tendo o poder de formar o indivíduo e a educação tendo o objetivo de estimular e intervir no desenvolvimento da cria, em forma de assistencialismo.

Ao situar a história da educação infantil no Brasil, Oliveira (2002), reafirma que:

Aos meados do séc. XIX, o atendimento de crianças pequenas longe das mães em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil. No meio rural onde existia a maior parte da população no país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente fruto de exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a família com prestígio social, eram recolhidas nas rodas de expostos existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII (OLIVEIRA,2002, p. 91).

Num panorama histórico dois marcos podem ser considerados decisivos para o reconhecimento de direito a criança a educação.

1) A declaração dos direitos da criança, documento produzido pela ONU, em 1959, e complementado pela Convenção sobre o direito da criança, de 1989, que estabeleceu o direito a proteção, a compreensão, as oportunidades para o desenvolvimento físico, mental, oral, espiritual e social, direito a educação entre outras; responsabilizando a família, a sociedade e as autoridades pela garantia de efetivação desses direitos, independente de raça, cor, sexo, religião, condição social ou de outro fator de qualquer natureza.

2) A declaração mundial sobre educação para todos, assinada em Jomtien, na Tailândia em março de 1990, por representantes de 155 países, apresentou preocupações e metas a serem atingidas no sentido de ampliar a escolarização e, principalmente melhorar a sua qualidade. Em relação a aprendizagem, a declaração reforçou que essa começa com o nascimento, o que implica investimentos na educação inicial na infância, envolvendo a família a comunidade e os programas institucionais. Dentre as metas estabelecidas, destacam-se os cuidados básicos com o desenvolvimento infantil, incluindo ações junto as famílias e a comunidade, destinado especial atenção as crianças pobres e portadoras de deficiência.

Com tudo isso observou-se que a ampliação do atendimento escolar não foi o suficiente para cobrir a demanda. A educação infantil passou a ser um direito da família e da criança, prevista na constituição Brasileira de 1988, no estatuto da criança e adolescente de 1990 e nas legislações educacionais específicas, exigindo assim muito esforço para ser efetuado na prática.

No Brasil a primeira lei que tratou a educação infantil foi a LDBEN nº4024/61 oferecida apenas em jardins de infância ou em instituições permanentes. Na sequência a lei nº 5692/71 alterou artigos da LDBEN nº 4024/61. Os sistemas de ensino velarão para que as crianças menores de 7 anos recebam convenientemente educação em escolas maternas, jardins de infância ou instituições equivalentes. No processo de redemocratização aos debates em termo de constituição de 1988 houve a participação de movimentos sociais entre eles o feminista, favorecendo assim a educação infantil como um

direito da família e da criança, os mesmos foram garantidos na constituição do Paraná, e na atual lei de diretrizes e base da educação (LDBEN) nº 9394/96.

Na década de 1990 a educação infantil passou a ser responsabilidade da pasta da educação, iniciou-se discussões de âmbito político pedagógico sobre o atendimento das crianças neste período do desenvolvimento humano. As práticas pedagógicas orientavam-se pelas normativas do sistema nacional de educação.

A legislação da educação atual avançou ao colocar a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, constituindo assim direito da criança desde o nascimento. A responsabilidade passou a ser do estado em atender com a complementação da família e da sociedade. Assim sendo a educação deixou de ser assistencialismo e passou a ser direito de todos.

A organização infantil em um percurso histórico explicita a concepção de criança que se assume. Nos pressupostos que fundamentam o currículo a criança é entendida como sujeito social e histórico, que se apropria do conhecimento acumulado pela humanidade.

A função social desta etapa da educação básica torna acessível a todas as crianças que as frequentam, os elementos construídos pela humanidade, que contribuem para seu desenvolvimento. Martins (2012) diz que quando se posiciona sobre a responsabilidade da instituição escolar, advogamos o princípio segundo o qual a escola independente da faixa etária, cumpra a função de transmitir conhecimentos em todas as esferas.

BRASIL (2018, p. 18) enfatiza que cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana e suas múltiplas dimensões.

O trabalho pedagógico para a educação infantil, é inserido num projeto de transformação social, os professores precisam compreender as crianças num contexto atual e, oferecer subsídios para que os mesmos possam ter clareza de qual concepção de infância está norteando seu trabalho.

2.2.2- Concepção de Infância e Criança (CMEIs)

INFÂNCIA

A infância sempre existiu desde os primórdios da humanidade, mas a sua percepção enquanto construção e categoria social, dotada de uma representação é sentida a partir dos séculos XVII e XVIII. Sobre a datação do surgimento da infância, Carvalho nos aponta a seguinte afirmativa:

A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO, 2003, p. 47).



De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da educação Infantil, (DCNEI), criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. Crianças são repletas de desejos. O respeito às diferenças é determinante para o sucesso de uma ação educativa. Todas as crianças necessitam de acolhimento, sem que suas diferenças e singularidades causem desconforto a elas e aos grupos. A educação infantil é um momento em que a criança está em contínua formação e transformação. Estas ações acontecem de acordo com o histórico de cada família. Tais fatores determinam o nível de desenvolvimento de cada criança. A criança é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É

profundamente marcada pelo meio em que vive. Para os profissionais do CMEI Navegantes a criança é vista como sujeito de direitos com enormes potencialidades para compreender e interagir no mundo em que vive. As crianças possuem uma natureza singular que as caracteriza como seres que sentem e pensam no mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam e, por meio de diferentes linguagens, expressivas, comunicativas, simbólicas, lúdicas, lógicas e relacionais, explicitam as condições de vida a que são submetidas, seus anseios, ideias, conhecimentos e desejos



A partir da elaboração da Base Comum Curricular, o CMEI iniciou a implantação no ano de 2024, realizando diferentes grupos de estudo, com encontros de formação e atualização sobre este documento pedagógico. Anteriormente, os referenciais curriculares que embasavam os projetos e planejamentos da educação infantil eram divididos em eixos, nos quais os conteúdos a serem trabalhados estavam inseridos. A partir de 2020, foram adotados no planejamento os Campos de Experiências. São eles: “O eu, o outro e o nós”; “Corpo, gestos e movimento”; “Traços, sons, cores e formas”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação”; “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Cada campo é dividido em objetivos para cada faixa-etária. As crianças receberam uma nova divisão das suas faixas de idade. Bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Portanto, para que a criança se torne protagonista do seu conhecimento é preciso que esteja em um

ambiente social, em intercâmbio com outras crianças e adultos, participando de práticas sociais historicamente construídos, internalizando experiências vividas que lhe propiciam dominar conceitos, valores e formas de comportamento. Os espaços educativos do Cmei Navegantes têm o compromisso de fortalecer a cidadania, a socialização e a convivência, assegurando a proteção, o cuidado e o respeito, por meio do desenvolvimento integral da criança.



CRIANÇA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reconhece como crianças pessoas até os 12 anos incompletos (Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990) e garante a elas o direito de proteção à saúde e à vida, reconhecendo-as em suas potencialidades e especificidades.

Kramer (2000), complementa que a criança é um ser social que traz uma história e é pertencente a um espaço social que possui um contexto específico, no qual interage, possui linguagem e ocupa um lugar geográfico, e, dessa forma que constrói cultura. Diante de suas potencialidades e direitos, a criança precisa explorar seu período da infância com vivências e boas experiências, desenvolver sua oralidade e explorar o mundo através das brincadeiras e das diferentes linguagens. Com essa exploração, ela aprende, observa, se relaciona, questiona, produz sentidos e desenvolve sua identidade, vivendo, ao longo de sua fase criança, muitas infâncias, uma vez que "[...] ser criança não implica em ter que vivenciar um único tipo de Infância". (Brasil, 2009, p.22) Essas múltiplas infâncias são concebidas pela mesma criança em diferentes fases ou por crianças diversas, que vivem diferentes situações e contextos, em diferentes condições sociais. O sujeito criança irá se constituir como um cidadão crítico e reflexivo a partir dos sentidos que produzir em suas experiências e interações, as quais se darão a partir de suas mãos (corpo que explora), seu olhar atento e interessado e em seus ensaios de criação e recriação, com algo concreto ou de suas narrativas. Uma educação pautada por oportunizar boas condições externas, valorizando as intenções e propiciando espaços sem limites de experimentação, oferecendo materiais que serão start para a produção de linguagem. Ela propiciará: a imersão da criança nesse mundo de significados, a problematização e a experimentação, fazendo com que ela crie um repertório único e exclusivo. De modo subjetivo, pode-se afirmar, que o conhecimento interpelará o sujeito. Portanto, nesse ambiente educativo a criança é reconhecida como um ser pensante, com sentimentos, interesses e carregado de história. Ela construirá seus significados e sentidos a partir de suas experiências práticas e emocionais, que não podem ser vistas como fracionadas, compartimentadas por disciplinas ou conteúdos, mas com inteireza, atravessadas de interesses e ideias que articulam com sua visão de mundo. Por isso, os documentos que regulamentam a Educação Infantil estão pautados nos direitos da aprendizagem, e não em objetivos vazios.



2.2.3- Articulação entre as ações de cuidar e educar

A educação infantil pode representar na vida de uma criança uma experiência rica que trará sempre lembranças agradáveis, como também pode ser geradora de muitos problemas por esta razão, o Cmei Navegantes tem a necessidade de acolher bem a criança no ingresso ao Cmei. Ela chega à escola com medos, angústias, inseguranças, pois é um ambiente novo.

Para suavizar a tensão do processo de adaptação, é preciso, permitir e respeitar que a criança mantenha seu jeito de ser, seus rituais e sua rotina individualizada e que aos poucos vá se ajustando ao grupo, proporcionando assim, suavidade à adaptação sem rupturas bruscas e maior controle do adulto sobre o processo.

É necessário que haja nos professores e educadores um compromisso de colaborar para o desenvolvimento da criança bem como ter uma visão integral do seu desenvolvimento de uma forma ampla e integral, propiciando situações que contribuam

para o desenvolvimento da imaginação, dos processos criativos e para a apropriação do conhecimento pela criança através das diferentes formas de interação humana.

O cuidar, não pode ser separado do ato de educar, pois um está vinculado com o outro, observando sempre nas crianças suas necessidades físicas, mentais, emocionais, não deixando de lado sua história de vida. É dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras e construir sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar.

O cuidar e educar significa respeitar e garantir os direitos de todas as crianças ao bem-estar, à expressão, ao movimento, à segurança, à brincadeira, ao contato com a natureza e com o conhecimento, independentemente de gênero, etnia ou religião.

É assegurado o cuidar e o educar, na forma que o educador deve estar em permanente estado de observação e vigilância para que suas ações não se transformem em rotinas mecanizadas. Implicando reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos e de maneira compartimentada.

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseadas em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades sócio-culturais (BRASIL, 1998, p. 25)

A instituição de ensino incorpora de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não diferenciando, nem hierarquizando os profissionais que atuam com as crianças.

Para garantir uma qualidade da adaptação, são traçados um roteiro de como se dará a chegada das crianças nos primeiros dias, pensar em tempos, espaços, materiais e

atribuições de cada profissional de forma que se sintam cuidados, confortáveis e, acima de tudo, seguros. Cada funcionário dentro de suas atribuições é co-responsável pelo processo de adaptação e acolhimento das crianças. Cabe ao CMEI lidar com as diversas reações das crianças: choros, birras, quietude excessiva, recusa de alimentos entre outras, com paciência e intervenções que ajudem a aproximar os alunos da rotina escolar.

A participação da família na adaptação diminui o medo e a ansiedade de ambos, iniciando uma construção de vínculo de confiança entre escola e família, estabelecendo uma parceria de cuidados e educação.

Propiciar o desenvolvimento da autonomia e conhecimentos culturais sobre os hábitos que acompanhamos de higienizar e alimentar a criança não só como atividade relativa ao básico e sim educativa.

De acordo com a LDB, buscamos apontar possíveis regularidades relacionadas aos aspectos afetivos, educativos, cognitivos e sociais da criança das faixas etárias de seu desenvolvimento: autoconfiança, curiosidade, relatos, atividades em grupo, espontaneidade e atitudes.

O CMEI entende que um bom planejamento para iniciar essa adaptação seja parte fundamental na Educação Infantil, no início é feita uma reunião com as professoras e equipe gestora para que se preparem as atividades, os materiais que serão utilizados, também a forma mais adequada e essencial para receber as crianças e fazer com que elas se sintam bem e o mais à vontade possível, no seu novo ambiente de convívio, e que não, deve ser algo feito apenas no início do ano letivo ou quando uma nova criança chega ao CMEI. Pois, uma boa acolhida, deve acontecer diariamente, permitindo que a criança possa se sentir bem e de fato acolhida por todos no CMEI.

2.2.4- Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

As referências mais explícitas são encontradas no parecer 22/98 CEB/CNE, o qual fundamentou a Resolução 01/99 CEB/CNE, onde afirma-se que as crianças pequenas são portadoras de todas as melhores potencialidades da espécie, porém não antecipando as rotinas e procedimentos comuns as classes de ensino fundamental.

Já na Resolução CNE/CEB nº 05/09.

Art 11 - Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Prezamos pelo compartilhamento das informações das crianças junto a Equipe Pedagógica que irá recebê-las na nova instituição de Ensino através de portfólios, relatórios entregue a SEMEDI e postado trimestralmente no LRCO, mas antes de finalizar o ano letivo por volta do 3º trimestre as educadoras levam as crianças para conhecer o ambiente escolar que irão frequentar no próximo ano para interagir não só com o ambiente como com os professores.

A avaliação no CMEI é constante, até como forma de prevenção para as séries posteriores, através de relatórios semestrais descritos, com proposta para iniciar o portfólio que abrirá o caminho para que o CMEI e família confiem na força e nos interesses singulares de cada criança e de cada família, apoiando o desenvolvimento de criança e família, podendo ser aproveitada em qualquer momento, usando apenas técnicas no primeiro ano e podendo evoluir gradativamente.

Procuramos organizar um trabalho de forma a possibilitar que as crianças vivenciem um processo de continuidade, apropriando-se, progressivamente de alguns procedimentos que lhes permitam se organizar autonomamente num espaço coletivo de educação. Para o CMEI é de muito valor as atividades que envolvem jogos e brincadeiras, histórias contadas ou ouvidas, movimentação entre outros.



2.2.5- Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar).

A inclusão nos remete às diferenças no meio social em que se vive e com o qual se estabelecem relações. É preciso conhecer as particularidades do outro para, então, orientá-lo de maneira adequada. Perceber a forma como a criança se desenvolve, brinca, aprende, age e reage aos estímulos e ao meio que o cerca traz elementos para melhor entendê-lo e intervir positivamente. No CMEI, o compromisso de educar está aliado à responsabilidade da criança, da família e dos profissionais que o acompanham, ao compartilhamento de informações e recursos que beneficiam o desenvolvimento da criança e ao fornecimento de um diagnóstico formal a respeito da deficiência e/ou síndrome que apresenta. Considerar as diferentes características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são de fundamental importância, sendo, porém, preciso verificar as condições de aprendizagem que o CMEI pode oferecer. O CMEI prioriza o bem-estar das crianças, compreendendo que são únicos e diferentes, mesmo naquilo em que se assemelham. Em decorrência, estabelece critérios que visam beneficiar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos, bem como colaborar para que ambos ocorram. A presente política justifica-se pelo compromisso em alinhar os procedimentos pela busca da qualificação e fortalecimento da prática inclusiva. Avaliar cada situação de acordo com a necessidade da criança conduz o Cmei a estratégias de intervenção no que se refere às necessidades educacionais específicas, seja por meio das orientações recebidas por profissionais especializados e/ou pelo conhecimento e prática adquiridos na relação diária entre Cmei e criança. A partir disso, são apresentados os possíveis encaminhamentos para os casos, encaminhados ao departamento de Educação especial do município Cmei, para que seja realizada todo encaminhamentos necessários.

Deliberação COMED nº 01/2019 - CAPÍTULO II - EDUCANDOS ATENDIDOS PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 4º Entende-se por pessoas com necessidades especiais aquelas que durante o processo educacional apresentem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que dificultem sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e o natural acompanhamento das atividades curriculares.

Art. 5º O Atendimento Educacional Especializado - AEE, será realizado prioritariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais, tipo I e II, atendendo:

I - educandos com necessidades especiais: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL C. M. E. I. “NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES”

II - educandos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição educandos com Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (Psicoses) e Transtornos Invasivos sem outra especificação;

III - educandos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. Parágrafo Único - O AEE poderá ser ofertado também em Centros de Atendimento Educacional Especializado ou em instituições filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

Art. 6º Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar e domiciliar serão ofertados aos educandos da Educação Especial, de forma complementar e suplementar.

Art. 7º Nas classes especiais serão atendidos educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que apresentem:

I - quadros de Deficiência Intelectual ou Múltipla, que demandem apoio intenso e contínuo, os quais a classe comum não consiga prover;

II - condições de comunicação e sinalização diferenciadas;

III - condutas típicas, síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos.

Art. 8º O educando que requeira atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos ou acompanhamentos intensos e contínuos, complementando sempre que necessário e de maneira articulada por serviços das áreas de saúde, trabalho e assistência social e adequações curriculares significativas que a Escola Comum não consiga prover, deverá ser atendido em escola de Educação Básica na Modalidade Educação Especial.

Art. 9º O atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar é aquele composto por educando em condição clínica e exigência de cuidado à saúde que interfere na permanência escolar temporária ou permanente. Art. 10 O Atendimento Pedagógico Domiciliar compõe-se por educando que se encontra matriculado na instituição de ensino, em condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, considerando os aspectos psicossociais que interferem na permanência escolar.

2.2.6- Educação para as relações étnico-raciais

Nossa cultura brasileira tem origem nas raízes africanas e indígenas. Quando citamos isso estamos nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas e rituais, próprios dos negros e índios brasileiros. Sendo assim, mantém-se até os dias de hoje a influência na maneira de comer, vestir, dançar, cantar, entre outras pois quase todos nós comemos feijoada, cantamos e dançamos samba, e alguns frequentam academia de capoeira. E isto, sem dúvidas, é influência africana e indígena.

A nação brasileira foi construída através de contribuições de povos indígenas e africanos, por meio de seus trabalhos e criatividade.

A organização das sociedades indígenas e africanas é uma das formas primitivas de organização social, ou seja, uma das primeiras formas como o homem organizou-se em grupos ou em tribos. No Brasil, muitas tribos ainda vivem da mesma maneira como viviam quando os portugueses aqui chegaram.

Há que se destacar também que a sociedade industrial, para chegar aonde chegou, contou com o trabalho escravo do negro africano e do índio, embora muitas vezes os povos indígenas foram tratados como se fossem um empecilho ao desenvolvimento econômico. As comparações entre a sociedade indígena e industrial introduzem a análise das diferenças de organização e costumes; desta forma, importa discutir no espaço da escola

essas questões e mostrar que somente o respeito às diferenças culturais pode garantir a preservação de sociedades que estão em extinção.

Na busca da sobrevivência, o homem interage com a natureza, modificando-a e dela extraindo o que necessitam, desta forma cria seu mundo com características humanas, e define a cultura do seu povo.

Cultura é tudo o que os homens produzem, constroem ao longo da história, desde as questões mais simples às questões mais complexas, manifestadas por meio da arte, religião, costumes, valores, etc.

É papel da educação escolar respeitar essa diversidade e buscar desenvolver nas crianças, o sentimento de respeito pelas diferentes culturas dos povos, tendo clareza da necessidade de combater a homogeneização tão difundida pelos meios de comunicação. Respeitando e valorizando por meio do diálogo, o que a criança já sabe:

“Como educador, preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo... não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo ‘leitura do mundo’ que precede a ‘leitura da palavra’” (Freire, 2000, p. 83).

Cabe a escola aproveitar essa diversidade cultural e fazer dela um espaço aberto e democrático, que estimule a aprendizagem, valorizando a cultura popular porém, dando as condições necessárias para que a criança faça a passagem do saber popular para o saber sistematizado, acumulado historicamente.

Nessa perspectiva, considerando o legado e a presença da população afro e indígena e de seus descendentes no Brasil, as educadoras devem fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir na formação das crianças, para que eles saibam valorizar as diferenças das culturas e raças, incentivando o respeito à diversidade étnica que compõe o povo brasileiro. Essa abordagem é realizada através de histórias infantis, teatros, filmes, desenhos animados e de situações que surgem eventualmente no cotidiano.

Em 2003, a Lei 10639 entrou em vigor e alterou a Lei de Diretriz da Educação, tornando obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira na grade curricular do

ensino fundamental e médio. Desde então, escolas de todo o Brasil têm compartilhado novas práticas que vem transformando gradativamente o ensino tradicional, tornando-o mais inclusivo e diversificado, refletindo, assim, a real face da população brasileira

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Lei 11645/2008

Art. 1º O art. 26-A da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

2.2.7- Concepção do Ensino Integral

A educação integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural – e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Ampliar e qualificar o tempo de permanência da criança no CMEI tem se constituído em uma necessidade cada vez mais urgente na atual sociedade. Ampliar e qualificar o tempo de permanência faz parte de um processo de complementação das oportunidades de aprendizagem, por meio da oferta de atividades educativas diversas por meio de interações e brincadeiras que são o eixo da educação infantil, articuladas à otimização do espaço escolar e ao mesmo tempo, uma ampliação de oportunidades e novas situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras.

O atendimento das crianças do período integral ocorre com entrada às 07:30 e saída às 16:30. Nesse período que passam dentro da instituição são ofertadas quatro refeições no dia ,café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar.

Geralmente realizam as ações planejadas após o café da manhã e logo em seguida são levados ao parque para interagir com a natureza e as demais crianças. A hora do banho é realizada antes do almoço e a troca de fralda é feita sempre que necessário, No período da tarde são realizadas ações livres conforme a rotina de cada turma.

2.2.8- Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes

Busca ativa será realizada todos os dias com crianças que não comparecem e não justificam sua ausência, para encaminhamentos as crianças que por um período não frequentar e justificar a ausência. Aulas presenciais, crianças de 0 a 3 anos faltas de 15 dias consecutivos ou 30 dias direto, pode perder a vaga passando para outra criança na fila de espera da lista da SEMEDI tendo registrado essas ausências no sistema SERP e no RCO, crianças de 4 anos faltas que ultrapassem 7 dias será registrada no sistema SERP e RCO, persistindo as faltas será enviada ao conselho tutelar.

Na Instrução Normativa Nº 03/2021 SEMEDI.

Art. 4º - Faz-se necessário o registro do acompanhamento e os instrumentos utilizados para a busca ativa realizada pela equipe gestora às crianças que não estão participando das atividades pedagógicas não presenciais propostas pelas Escolas e CMEIs da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

§ 1º - Após constatar a ausência de 05 dias consecutivos ou 07 dias alternados, sem justificativa na participação das atividades não presenciais do ciclo (vigente), a equipe pedagógica deve iniciar o processo da busca

ativa de acordo com a Ficha de Acompanhamento da Equipe Gestora – Busca Ativa, Anexo I.

§2º- Nos casos em que o estudante/criança acompanha as atividades de forma impressa, não havendo entrega/devolutiva no próximo ciclo inicia-se o processo de busca ativa.

§3º- Orienta-se que o docente faça o acompanhamento/registro durante o ciclo dos estudantes/criança com baixa participação diária. Este registro está estabelecido no Anexo III da Instrução nº 01/2021.

§ 6º - Esgotadas as tentativas da instituição em contatar a família da criança/estudante que não apresenta as atividades pedagógicas não presenciais propostas, à equipe gestora comunicará ao Conselho Tutelar ao final do mês (vigente) através do Relatório de Busca Ativa, Anexo II. Para que assim, o Conselho atue e aplique as Medidas de Proteção cabíveis, a fim de garantir o vínculo e o pertencimento do aluno ao meio escolar.

§ 7º - O Relatório de Busca Ativa deverá ser digitado, assinado e escaneado com todas as informações necessárias e encaminhado via e-mail ao Conselho Tutelar: <ctparanagua@gmail.com>.

O cmei Navegantes esgota todas as possibilidades de comunicação com a família, para pode seguir com as medidas necessárias.

2.2.9- Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (Sistema Educacional da Rede de Proteção- SERP e Conselho Tutelar)

O Cmei tem papel fundamental no combate à evasão escolar, pois a criança está diretamente vinculado a ela em seu dia-a-dia. É necessário que o cmei tome todas as iniciativas que lhe cabem, visando à permanência da criança no sistema educacional, conscientizando-o da importância da educação em sua vida e para seu futuro, mantendo contato frequente e direto com os pais ou responsáveis, enfatizando a sua responsabilidade na educação dos filhos, encaminhando aos órgãos competentes casos que não foram resolvidos pelo CMEI ou casos recorrentes de evasão. O CMEI tem desenvolvido suas ações conforme propõe as orientações da SEMEDI, buscando sempre estar atento às faltas das crianças, telefonando quando possível, usando a ferramenta do Whats app, visitando a residência em último caso, convocando os pais, na busca para encontrar a solução do problema e, quando o cmei já tomou todas as providências necessárias e não obteve êxito, é registrado no Sistema Educacional da Rede de Proteção – SERP e enviado ao Conselho Tutelar com cópia ao departamento de orientação da Semedi.

O objetivo maior é garantir que nenhuma criança fique fora do cmei, impedindo que os números da evasão escolar, motivada por vários fatores históricos, sociais e mesmo educacionais, continuem a crescer. O sistema do SERP é um dos instrumentos colocados à disposição do cmei para a sistematização de ações de combate à evasão escolar. Nesse sistema o principal agente desse processo é o educador, na medida em que, constatada a ausência da criança por 15 (quinze) dias consecutivos ou, então, 30 (trinta) alternados no período de um mês, esgotadas as iniciativas a seu cargo, o educador comunicará o fato à equipe pedagógica do cmei, que entrará em contato com a família, orientando e adotando procedimentos que possibilitem o retorno da criança. Recebendo a notícia (mediante a entrega, pelo educador), o pedagogo imediatamente realiza os procedimentos, comunicando o fato à direção do CMEI. A direção, juntamente com a pedagoga realiza contato com a família, buscando viabilizar o retorno daquele ao cmei. Não obtendo êxito, encaminha relato da situação ao Conselho Tutelar (ou, na falta deste, ao Juiz da Infância e Juventude), arquivando a 2ª via no CMEI. Transcorridos 10 dias do encaminhamento ao Conselho Tutelar, não obtendo resposta, o Ministério Público deverá ser imediatamente comunicado. Os motivos das faltas são em relação a dificuldades com família, criança, políticas públicas e/ou outras, e, são descritas nos relatórios enviadas ao Conselho Tutelar com cópia para Semedi, na maioria dos casos há o retorno das crianças ao CMEI.

2.3- CONCEPÇÃO DE GESTÃO

2.3.1- Fundamentação Teórica

De acordo com a LDB (Lei n. 9.394/96), as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão Democrática. A Gestão está baseada na articulação de ações que propõem a participação social da comunidade escolar, a qual é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões do cmei. Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar. A Gestão do cmei gerencia de maneira que possibilite a participação, transparência e colaboração de toda comunidade escolar. A Gestão em nossa instituição tem por segmento, a elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira coletiva e participativa, a definição e fiscalização das verbas recebidas, divulgação e transparência na prestação de contas, Avaliação Institucional do cmei, pedagoga, educadoras, profissionais de apoio,

crianças, equipe técnica e eleição direta para diretora. A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da instituição, possibilitando a liberdade de expressão e respeitando as opiniões da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, favorecendo uma aproximação maior entre educadoras, funcionários, pais, crianças, pedagoga e direção. A participação de todos, nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas fases de atividades, é essencial para assegurar o eficiente desempenho da organização e funcionamento da instituição de ensino.

2.3.2- Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores.

A gestão no CMEI está pautada no sistema de gestão democrática, pois buscamos mobilizar a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, independente de função ou cargo.

Dessa forma, as decisões não ficam centralizadas a uma única pessoa dentro da unidade escolar, mas sim as responsabilidades são compartilhadas entre todos. Assim, aumenta-se a função social e dialética da instituição na formação dos indivíduos, por meio do desenvolvimento de um trabalho coletivo.

Neste sentido, conforme o pensamento de gestão democrática, (GUTIERREZ e CATANI, 1998, p. 71) definem o conceito deste trabalho coletivo:

[...] se funda no exercício do diálogo entre as partes. Esta comunicação ocorre, em geral, entre as pessoas com diferentes formações e habilidades, ou seja, entre agentes dotados de distintas competências para a construção de um plano coletivo e consensual de ação.

Assim, buscaremos cada vez mais o envolvimento e a participação da comunidade, instigando a participação, através do diálogo e o respeito às diferentes opiniões, sempre priorizando o melhor para as crianças durante o processo de ensino- aprendizagem.

Na elaboração do PPP, bem como a participação da comunidade, da A.P.M.F. e a constituição do Conselho Escolar a participação de todos os profissionais da educação garante, uma gestão democrática e participativa em nosso CMEI.

O incentivo por parte da direção e equipe pedagógica para que os profissionais aperfeiçoem sua formação e a participação dos mesmos em todas as capacitações oferecidas e que chegam ao nosso conhecimento também tem sido a forma de garantir que esta gestão seja de transparência e participação.

A elaboração deste PPP é a prova maior que estamos garantindo os princípios democráticos e a forma colegiada na gestão deste estabelecimento de ensino. A construção do PPP é realizada com a presença de todos os funcionários e também da comunidade escolar em reuniões agendadas com explanação de todos os conceitos.

Desde o Calendário Escolar até a elaboração do Regimento Escolar é dado o conhecimento e aceitas as sugestões para a elaboração dos mesmos, sem é claro entrar em choque com as determinações da LDB e outras normas já estabelecidas.

As pesquisas realizadas para conhecermos as reais necessidades de nossa comunidade, o acompanhamento do cotidiano da vida escolar, a coletividade ao estabelecer valores e metas a serem atingidos tem um papel fundamental em nossa gestão.

O CMEI Navegantes possui as seguintes instâncias colegiadas as quais foram democraticamente compostas:

- Conselho Escolar;
- Associação de Pais e Mestres e Funcionários;
- Conselho Deliberativo e Fiscal
- Conselho Escolar;

O Conselho Escolar funciona como uma ferramenta democrática, consultiva e deliberativa e representativa da comunidade, garantindo a gestão democrática da escola, que busca em coletividade, tratar de assuntos didáticos pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar, com a finalidade de analisar as ações educacionais, na busca de ações que garantam o processo de ensino-aprendizagem.

O Conselho Escolar é constituído por representantes de pais, professores, demais funcionários, membros da comunidade local e a gestora do Cmei.

Cabe ao Conselho Escolar zelar pela manutenção do Cmei e participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira, contribuindo com as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade de ensino. Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, definir e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados ao Cmei e discutir o projeto pedagógico com a equipe gestora e os educadores. O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

Presidente	TAMIZIA DOS SANTOS CHAVES
Vice-Presidente	SABRINA DE LIMA ALVES
Representante da Equipe Docente (professores) Titular: Suplente:	JUSSARA GOUVEA ROSE MARA PERPETUA CORREA
Representante Segmento dos Trabalhadores Não - Docentes Titular Suplente:	MARCIA BARBOSA SUELEN PADOVANY

Representante Segmento dos Pais Titular: Suplente:	SUELEN PRERIRA DOS SANTOS ANDRESSA FRANÇA DE MELO
Representantes da APMF Titular: Suplente:	SABRINA DE LIMA ALVES MARCELI CARDOSO TEODORO
Representantes do movimento social Titular:	ARLETE CRISTINA CRISANTO DE MIRANDA

- Associação de Pais e Mestres e Funcionários;

A Associação de Pais e Mestres– APMFs é um órgão de representação dos pais, Professores e Funcionários dessa instituição de ensino, sem caráter religioso, partidário, político ou racial. Sem fins lucrativos, e sem remuneração aos seus dirigentes e conselheiros, é constituída por um prazo indeterminado, regido por um estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembleia Geral convocada para esse fim.

Sua função é discutir, colaborar e decidir sobre as ações para assistência ao educando e o aprimoramento do ensino, a integração da família com a instituição (CMEI/comunidade), assegurando as condições de eficiência escolar na representação dos interesses gerais, contribuindo para a melhoria e o aparelhamento da instituição conservando seu prédio e as instalações.

Os cargos estão distribuídos da seguinte maneira:

COMPOSIÇÃO DIRETORIA DA APMF

Presidente	PAULA CRISTINA DE CARVALHO BARROS
Vice-Presidente	

	ÉRICA SANTOS DA CONCEIÇÃO
1º Secretário	JANAINA DOS SANTOS RIBEIRO
2º Secretário	SABRINA DE LIMA ALVES
1º Tesoureiro	KELLI FERNANDA DOS SANTOS
2º Tesoureiro	MARCELI CARDOSO TEODORO
Assessoria Técnica	TAMIZIA DOS SANTOS CHAVES

Conselho Deliberativo e Fiscal

É um órgão colegiado, constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, que tem a finalidade de assegurar a participação de todos os segmentos para participar das decisões da escola, acompanhando a aplicação dos recursos e discutindo prioridades e encaminhar soluções.

Os cargos estão distribuídos da seguinte maneira:

COMPOSIÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente	JANAINA COSTA DA SILVA
Vice-Presidente	RENAN SERAFIM OLIVEIRA
1º Secretário	MICHELE DA VEIGA AMERICO

2º Secretário	CRISTIANE GONÇALVES MARTINS
---------------	-----------------------------

COMPOSIÇÃO CONSELHO FISCAL

Presidente	ANA PAULA DA SIVA RAMOS
Vice-Presidente	RAFAELA GUIMARÃES DA SILVA
1º Secretário	GIL DRIELY PORTELA DA SILVA
2º Secretário	ANGÉLICA DE QUADRA FREITAS

2.3.3- Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros.

Os recursos que o CMEI obtém é através doação realizado pelos pais a APMF, recursos oriundos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) básico e PDDE qualidade e educação conectada. As arrecadações de recursos são destinadas as melhorias físicas e pedagógicas de nosso CMEI. As instâncias de controle, Conselho Escolar, APMF, Conselhos Deliberativo e Fiscal, promovem a fiscalização e acompanhamento da utilização dos recursos, bem como as metas para a destinação do recurso.

Os conflitos infelizmente acontecem nosso ambiente escolar, para resolução de conflitos é necessário primeiramente ouvir as partes envolvidas, dialogar para encontrar soluções para conviver em um ambiente tranquilo.

Quando bem gerenciados, eles podem ser uma oportunidade de crescimento e aprendizagem para todos os envolvidos.

2.3.4- Articulação entre a instituição, a família e a comunidade

A Educação infantil tem um papel muito importante na sociedade, pois estamos contribuindo para a formação da criança, cidadão participante do contexto social. Não podemos esquecer, porém que a família tem papel fundamental na vida da criança e é

responsável pelos primeiros passos no processo de educar, uma vez que eles entendem que a responsabilidade pela educação de seus filhos não é exclusiva do cmei/escola.

A Proposta Pedagógica desta instituição considera que o CMEI Nossa Senhora dos Navegantes promova uma prática de educação na perspectiva da integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguístico e sociais da criança, entendendo que é um ser completo. Promovem também a interação entre as diversas áreas de conhecimento e os aspectos da vida cidadã, construindo valores e conhecimentos. Todo esse trabalho desenvolvido é complementar à ação da família e a interação entre as duas instancias é essencial para um trabalho de qualidade.

A presença da família em nosso CMEI é constante, pois realizamos com frequência atividades expositivas, festivas pedagógicas abertas à comunidade escolar com participação direta da família junto com seus filhos, onde podemos mostrar nosso trabalho aos pais/responsáveis e o desenvolvimento de seus filhos, pois a disponibilidade afetiva da família é um dos requisitos principais para o desenvolvimento e a aprendizagem infantil. Também se faz presente as famílias no CMEI participando ativamente dos Órgãos Colegiados, reuniões diversas e palestras. Os profissionais desta instituição, equipe gestora e educadores, buscam o estreitamento de relações e a construção de uma relação de respeito e confiança mútua, pois as famílias são potencialmente as principais aliadas da Proposta Pedagógica elaborada para seus filhos. A aprendizagem e o desenvolvimento pleno das crianças irão acontecer com mais ênfase se os pais estiverem em parceria com a instituição, valorizando sempre a comunicação com os pais, fornecendo informações básicas desde o ato da matrícula, encaminhando-os para conhecer a instituição, o quadro de profissionais dos diferentes setores, a rotina, as normas regimentais, os canais de participação previstos, abrindo assim possibilidades de interação.

Antes da criança frequentar o Cmei é previsto um tempo para a mãe, pai, familiar ou responsável para conhecer as dependências da instituição, dialogando, possibilitando retirar dúvidas através do diálogo franco e aberto. Após a matrícula o período de adaptação deverá ser acompanhado, promovendo um acolhimento dos pais, deixando-os seguros.

E assim no decorrer da vida da criança no Cmei as educadoras e equipe gestora do CMEI Navegantes estarão sempre dispostos a ouvir solicitações, sugestões e reclamações.

Os pais poderão ter acesso ao Cmei, que será um local de integração, respeitando as diferenças, construindo um ambiente de harmonia entre a instituição, pais e comunidade.

Todas as informações, comunicados referentes ao desenvolvimento pedagógico e institucional estão nas páginas do Cmei no Facebook, grupos de WhatsApp, bilhetes e via fone.

Passeio ciclístico



Encontro com as Famílias



Passeio de barco



2.3.5- Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais.

O CMEI funciona como um organismo, que precisa de todas as suas partes articuladas para que ande perfeitamente e para que se alcance os objetivos propostos. Todas as pessoas envolvidas têm papel fundamental e entendemos que todos devem cumprir suas obrigações para que alcance o almejado. Deste modo, o gestor se encontra no papel central e faz com que todos se sintam parte do processo, cada qual com sua importância. No CMEI o grupo de profissionais trabalha em conjunto, respeitando as diferenças e individualidades, pois cada um entende que seu papel é fundamental para o andamento de todo o trabalho e cada qual deve cumprir sua função para que se consiga alcançar o objetivo final, que é o bem estar das crianças atendidas, assim como seu desenvolvimento. Os momentos coletivos que nos conduzem a essa articulação são trabalhados através de reuniões coletivas e individuais, estudos e debates instigados nos

momentos de planejamentos, durante as semanas de formação continuada, no dia a dia com trocas de informações e experiências práticas e trocas de experiências e orientações, sugestões de estudo, vídeos, enviadas ao grupo de WhatsApp utilizado pelos educadores. Entendemos que a educação é um conjunto, e que a articulação de todos os envolvidos facilita o processo e o alcance dos objetivos, levando em conta todos os aspectos de relacionamento, pois quando a equipe trabalha com o princípio da gestão democrática o fortalecimento do trabalho coletivo é alcançado.

2.3.6- Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional.

Os registros formais , as atas são feitas quando surgem algumas situações de atendimento familiar, como o não cumprimento de regras quando há infrequência, no respeito aos horários do CMEI, ou quando necessitamos enviar ao conselho tutelar. Situações com funcionários para repasse de informações e quando necessário ata disciplinar.

2.3.7- Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora

O contato é feito tanto por meio presencial como virtual.

Presencial em reuniões, encontros pedagógicos e formações, nos comunicamos também por meio de ofícios e o meio virtual corresponde da mesma maneira.

2.3.8- Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes

Quando o profissional sempre procura seu aperfeiçoamento profissional ele entende as necessidades das crianças e o seu papel como docente na educação infantil, tendo como certo as suas atribuições, compreende que o relacionamento com as crianças, deve ser respeitoso, entender o tempo das crianças e das infâncias, não é tarefa fácil, exige muito conhecimento por parte do educador.

Mas no CMEI investimos muito na formação continuada, para que essa articulação aconteça de maneira adequada.

2.3.9- Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA.

A violência tem se agravado de diversas formas nos dias de hoje, nos deparamos com diversas evidências umas sutis outras mais graves, essas violências não é somente episódios com armas, mas também agressões físicas e casos de abuso, existem as violências simbólicas que é o caso do bullying e cyberbullying, os episódios de racismo entre outros. Sabemos que a função da escola/cmei não é só se preocupar com o aprendizado, vai muito além, a criança é prepara para o convívio social, preocupados com essa situação o cmei trabalha o resgate e a conscientização dos valores éticos, morais e familiares de modo que a criança possa entender que deve tratar o outro com respeito, empatia ao próximo, prevalecendo honestidade, responsabilidade, tolerância e humildade. O cmei conscientiza as crianças desde cedo sobre seus direitos e deveres e que toda ação seja ela positiva ou saibam que tem uma consequência. Primeiramente cmei realiza reuniões com pais explicando os procedimentos do planejamento das crianças em relação violência e ao bullying e cyberbullying pois é fundamental que o cmei, pais e responsáveis estejam atentos aos sinais de bullying e violência para apoiar e orientar as crianças vítimas desse tipo de agressão, após o cmei realiza atividades preventivas, jogos colaborativos, vivências entre as crianças, rodas de conversa, histórias infantil direcionadas, contação de histórias pelas crianças, desenhos livre se direcionados, pinturas, ações educativas que estimulem a empatia, respeito às diferenças, solidariedade, visando uma cultura de paz..

Foi sancionada a Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024 que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e promove alterações importantes no Código Penal, na Lei dos Crimes Hediondos e no Estatuto da Criança e do Adolescente

2.4- CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

2.4.1- Fundamentação Teórica

O Planejamento é a principal ferramenta de trabalho do educador. É o fio condutor da ação educativa. As concepções do planejamento são funcionalistas e dialéticas. A

concepção funcionalista é a tradicional no ensino, sendo um instrumento de poder. A concepção dialética tem no planejamento a práxis que surge da realidade. Nele são congregados aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. Ao mesmo tempo consolida tarefas e saberes críticos, criativos, reflexivos, transformadores. Conceituando planejamento de acordo com Sacristán: “Planejar é dar tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, esquematizando os elementos mais importantes numa seqüência de atividades”.

A LDBEN nº. 9394/96 prevê dimensões de planos para a área educacional que se repartem conforme sua abrangência, em: Plano Político Pedagógico, Plano de Ensino, Plano de aula.

O planejamento da Educação Infantil está como centro do processo educativo e tem como propósito desenvolver estratégias para a criação, o pensamento e a problematização do mundo, sendo a criança o foco principal do processo e dos objetivos

O Plano Político pedagógico diz respeito aos pressupostos filosóficos, sociológicos e políticos que norteiam a instituição. Deve ser construído coletivamente, envolvendo todos do universo educativo: diretores, especialistas, educadores, crianças e pais. Deve estimular o processo de autoconhecimento da realidade escolar, possibilitando o envolvimento de toda a comunidade na definição do Projeto Político Pedagógico – PPP e no Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE. O Plano Político pedagógico se caracteriza como trabalho coletivo, isto é, trabalho com e não trabalho para os envolvidos no processo educativo. O enfrentamento de saberes e práticas de todos os componentes dos grupos acabam dando margem à instauração de um sistema de trocas que resulta na essência desse projeto e no seu caráter crítico-pedagógico.

No Planejamento de Ensino temos alguns elementos essenciais: conhecimento da realidade; dados de identificação; ementa; finalidade; conteúdos (o quê?), factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais; metodologia (como?); atividades discentes; cronograma; recursos (quais?); avaliação (para verificar se os objetivos estão sendo alcançados); bibliografia.

2.4.3- Plano de Ação do Diretor JUSTIFICATIVA

Esse plano de ação consiste em buscar meios para assegurar uma educação pública de qualidade para as crianças respeitando a infância.

É importante destacar que quando falamos em Gestão Democrática, falamos que a base da gestão é o diálogo, e a realidade dos sujeitos que compõe a comunidade escolar é o ponto de partida para a organização e planejamento de determinada Instituição. O bom desenvolvimento em todos os aspectos das unidades escolares dependerá de uma gestão democrática compartilhada, visando uma transformação, contando sempre com apoio do corpo docente, equipe pedagógica e segmentos da sociedade

O gestor não se limita em liderar, mas participa desse processo e contribui para todos os segmentos orientando, delegando e liderando alterações. Espero que juntos possamos conseguir superar os desafios por meio das ações que serão realizadas durante essa gestão.

COMPETÊNCIA 1- Coordenar a organização escolar

Objetivo estratégico; Coordenar a organização escolar desenvolvendo ambiente colaborativo e de corresponsabilidade.

Desafio: Construir coletivamente o projeto pedagógico da escola e exercendo liderança transformacional e focada em objetivos bem definidos.

Ações: Acompanhar diariamente o andamento da instituição, tornando um ambiente colaborativo e de corresponsabilidade.

Assegurar a segurança, cuidados pessoais e um ambiente saudável para a convivência de todos.

Planejar com os profissionais as demandas administrativas, pedagógicas, organização dos espaços, rotina; recepção e entrega das crianças e calendário de eventos com as famílias

Cenário atual: O trabalho e parceria de todos os membros vem crescendo para atender os objetivos da instituição.

Cenário pretendido: Delegar as funções como um todo, para o bom andamento da instituição.

Prazo: Durante o tempo da Gestão

COMPETÊNCIA 2- Prezar pela cultura organizacional

Objetivo estratégico: Configurar a cultura organizacional em conjunto com a equipe, incentivando o estabelecimento de ambiente escolar organizado, e produtivo, concentrado na excelência do ensino e aprendizagem.

Desafio: A cultura organizacional da instituição é liderada pelo gestor, temos que delegar essa liderança, confiando nas famílias e na equipe.

Ações: Estimular a participação da comunidade escolar em projetos, ações e nas dimensões financeira e pedagógicas da escola.

Prestar aos pais informações sobre a gestão da escola, sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

Cenário atual: A organização da instituição, escolha de prioridades financeira, reuniões pedagógicas, reuniões APMF e Conselho escolar acontecem segundo cronograma ou quando for necessário.

Cenário pretendido: Preparar um ambiente organizado um clima seguro, um clima recíproco, mostrando o conhecimento dos valores, leis, que estejam materializados no PPP, buscando renovação e melhorias na instituição.

Prazo: Durante o período da gestão

COMPETÊNCIA 3- Colocar a BNCC em prática

Objetivo estratégico: Comprometer-se com o cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis.

Desafio: Conhecer a fundo a BNCC para compreender com clareza a sua importância para melhorar a qualidade do ensino.

Ações: Garantir um ambiente adequado a educação infantil, ressaltando que o quanto mais ricas foram as propostas oferecidas as crianças, maior será a produção de conhecimento delas, mostrando como forma de avaliação e a construção do conhecimento das crianças através dos portfólios e parecer descritivo.

Cenário atual: Nossas propostas de ações pedagógicas estão alinhadas com a BNCC, respeitando a infância e o protagonismo infantil.

Cenário pretendido: Valorizar e promover a efetivação das Competências Gerais da BNCC e suas competências específicas, bem como demais documentos que legislam a educação brasileira.

Prazo: Anualmente

COMPETÊNCIA 4- Valorizar a equipe escolar

Objetivo estratégico: Valorizar o desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar.

Desafio: Mostrar a equipe escolar que é essencial a formação para o seu crescimento e desenvolvimento profissional.

Ações: Promover formação e apoio com foco nas Competências Gerais dos Docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, mobilizando a equipe para uma atuação de excelência

Realizar visitas a outros CMEIS e trocas de experiências entre os educadores e demais funcionários garantindo, na rotina da escola, momentos de troca, planejamento e escutatória.

Cenário atual: Desde 2015 a Pedagoga do CMEI vem desenvolvendo a formação continuada em serviço, as educadoras usam um período da hora atividade para esse estudo e pesquisa.

Cenário pretendido: O crescimento no desenvolvimento profissional na formação em serviço de cada educadora, garantindo aperfeiçoamento nas práticas em serviço.

Prazo: Durante o período de gestão.

COMPETÊNCIA 5- Coordenar o Projeto Pedagógico (PPP)

Objetivo estratégico: Coordenar o programa pedagógico da escola, aplicando os conhecimentos e práticas que impulsionem práticas exitosas, pautando-se em dados concretos.

Desafios: Atualizar junto a comunidade o PPP da instituição.

Ações: Incentivar o clima escolar propício para a aprendizagem, realizando monitoramento e avaliação constante do desempenho dos estudantes.

Engajar a equipe para o compromisso com o projeto pedagógico da escola, estimulando a participação dos profissionais da educação, bem como a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares.

Cenário atual: Nosso PPP está desatualizado, mesmo assim a equipe segue o modelo mais recente.

Cenário pretendido: Promover momentos de estudos e escuta, para que a equipe e a comunidade tenham um espaço para troca de ideias e experiências para contribuir na construção do PPP.

Prazo: Durante o tempo de gestão.

COMPETÊNCIA 6- Gerenciar os recursos com eficiência

Objetivos estratégicos: Gerir junto a comunidade escolar, os recursos financeiros da instituição de forma clara e eficaz, zelando pelos bens e espaços físicos.

Desafio: Obter um maior engajamento de todos da comunidade escolar para acompanhar e gerenciar os recursos humanos, materiais e financeiros coletivamente

Ações: Elaborar orçamentos com base nas necessidades da instituição, monitorando despesas e registros de acordo com as normas vigentes, sempre mostrando para a comunidade escolar a importância e os cuidados dos bens adquiridos.

Gerenciar os recursos e garantir o funcionamento eficiente e eficaz da organização escolar.

Cenário Atual: O gerenciamento dos recursos financeiros vem sendo decidido de forma democrática, suprimindo as necessidades da instituição.

Cenário pretendido: Realizar monitoramento pessoal e frequente das atividades, identificando e compreendendo problemas, com postura profissional para solucioná-los, com clareza na prestação de contas.

Prazo: Durante o período da gestão.

COMPETÊNCIA 7- Ter proatividade

Objetivos estratégicos: Ter proatividade

Desafios: Buscar diferentes soluções para aprimorar o funcionamento da escola, com espírito inovador, criativo e orientado para resolução de problemas junto a equipe.

Ações: Criar senso de responsabilidade na equipe escolar.

Investir em mobiliários adequados para facilitar esse processo de ensino aprendizagem propondo um ambiente confortável e aconchegante.

Manter uma relação franca com a equipe escolar, estando aberta a ideias e críticas para o melhor funcionamento da instituição.

Cenário atual: Diariamente nos deparamos com imprevistos de falta de professores, manutenção na instituição esses problemas dependem da ordem de um superior para ser resolvido.

Cenário pretendido: Obter um maior engajamento de todos da comunidade escolar para acompanhar e gerenciar os recursos humanos, materiais e financeiros coletivamente, criando um ambiente proativo e de responsabilidade de todos os envolvidos.

Prazo: Anualmente.

COMPETÊNCIA 8- Promover a parceria entre a escola, famílias e comunidade.

Objetivo estratégico: Relacionar a escola no contexto externo, incentivando a parceria entre escola, família e comunidade, mediante comunicação e interação positivas orientadas para o cumprimento do projeto pedagógico da escola.

Ações: Incentivar a participação e a convivência com as famílias e a comunidade local, por meio de ações que promovam o fortalecimento de vínculos, envolvimento no ambiente escolar e corresponsabilização pelo bem estar das crianças.

Cenário atual: Temos uma ótima parceria com as famílias que interagem e apoiam o dia a dia e os projetos do CMEI.

Cenário pretendido: Criar um ambiente com oportunidades de mostrar o processo de ensino aprendizagem das crianças dentro do CMEI, com boa relação com família e comunidade.

Prazo: Durante o tempo de gestão.

COMPETÊNCIA 9- Promover o respeito e a empatia

Objetivo estratégico: Exercitar a empatia, o diálogo e a resolução de conflitos e a cooperação.

Desafio: Assegurar o respeito aos direitos, opiniões e crenças entre a equipe de gestão, os estudantes, seus familiares e os profissionais da educação que atuam na instituição.

Ações: Promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

Cenário atual: O respeito e a empatia são a base para se conviver em grupo, diariamente vem sendo usados essas características no ambiente escolar.

Cenário pretendido: Gerir os relacionamentos interpessoais de tal forma que sempre prevaleça a união e o trabalho da equipe em prol de uma educação pública de qualidade.

Prazo: Durante o período de gestão.

COMPETÊNCIA 10- Incentivar um ambiente baseado em valores.

Objetivo estratégico: Agir e incentivar pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas.

tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivo, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores

Ações: Propor momentos ouvintes, para criar trocas de ideias, de experiências, assim, formar um ambiente de aprendizagem.

Tratar todos de forma empática e com respeito, de acordo com o Código de ética.

Promover práticas solidárias como na comunidade.

Cenário atual: A comunidade escolar enxerga o gestor como centro das respostas e isso deve mudar, o gestor tem que promover um ambiente que cria a oportunidade de toda a comunidade escolar se sentir pertencente a instituição.

Cenário pretendido: Criar um espaço onde os professores se sintam a vontade para se expor verdadeiramente e tenham voz para colaborar positivamente em prol da instituição.

Prazo anualmente:

OBSERVAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário pôr em prática os princípios de uma gestão democrática, organizada, segura, com visão de progresso e transparência. O plano de ação sugerido criará um impacto positivo e importante para que todos os envolvidos sintam-se parte da escola.

2.4.4- Plano de Ação do Pedagogo Coordenador

COORDENADORA: BARBARA CUNHA DA SILVA MENDES

PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO

Há a necessidade deste plano ser modificado e aprimorado a cada ano.

As competências do trabalho do coordenador pedagógico são específicas, porém o público atendido é renovado a cada ano letivo.

A cada início de ano as orientações repassadas a equipe docente devem estar de acordo com as necessidades das crianças e das infâncias, pois a coordenação deverá ser voltada para uma escola da infância.

Um bom planejamento para a orientação das propostas vem através de muito estudo e pesquisa, os fazeres pedagógicos devem seguir de acordo com a legislação que rege o trabalho na educação infantil que são, as Diretrizes, a BNCC ,o currículo municipal, esses que vão sustentar esse documento.

Dar suporte e orientação as famílias e as crianças em tudo o que diz respeito à instituição de ensino, ao bem estar de todos e as práticas pedagógicas.

Coordenar a formação continuada em serviço, dar continuidade ao projeto Espaço das Educadoras e promover formações de acordo com a necessidade da equipe docente.

Estar a par e coordenar as práticas pedagógicas, orientar que as experiências que são ofertadas as crianças estejam de acordo com as faixas etárias atendidas.

2.4.5 – Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional

Os funcionários que atuam no Apoio Operacional (Serviços gerais, agentes operacionais, merendeiras, estagiários) têm a seu encargo os serviços de conservação,

manutenção, preservação, segurança e da alimentação, no âmbito escolar, são coordenados e supervisionados pela direção.

Compete aos funcionários que zelam pela segurança e atuam nos serviços de conservação, manutenção e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações:

Zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente; utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos; zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção; auxiliar no acompanhamento da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos alunos, quando solicitado pela direção; auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares; cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias; participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional; coletar lixo de todos os ambientes da instituição de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias; participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral; zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias; manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar; exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função; atender adequadamente aos estudantes e professores com necessidades especiais, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação; ajudar nos serviços correlatos a sua função, participando das diversas atividades escolares; coletar lixo de todos os ambientes da instituição de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias; garantir a preservação do ambiente físico, instalações, equipamentos e materiais didático-pedagógicos; auxiliar a Equipe Pedagógica no remanejamento, organização e instalação de equipamentos e materiais didático-pedagógicos; exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo; .atender e

identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores da instituição de ensino; colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violências, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar; participar de ações que propiciem a cultura de Educação em Direitos Humanos.

São atribuições do funcionário que atua na alimentação escolar da instituição de ensino: Zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor; selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional; servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança; informar ao diretor da instituição de ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar; conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor; receber, armazenar e prestar contas de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias; participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional; auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fizer necessário; respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração; participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral; zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias; manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar; exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo; respeitar toda identidade de gênero; participar da Equipe Multidisciplinar; atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores da instituição de ensino; colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violências, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar; participar de ações que propiciem a cultura de Educação em Direitos Humanos; comparecer e

participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados; participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED.

São atribuições do estagiário que atua na instituição de ensino:

Compete ao estagiário:

Os estagiários auxiliam os professores em sala de aula, dão suporte na aplicação e desenvolvimento de atividades pedagógicas, bem como auxiliam a diretora e a pedagoga em atividades correlatas definidas em comum acordo, como está descrito na cláusula do termo de compromisso de estágio. Zelar pelo fiel cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Estágio; informar imediatamente à direção ou à equipe pedagógica na ausência desta, qualquer eventualidade que implique na quebra das condições pactuadas, assumindo integral responsabilidade por sua omissão; manter atualizadas as suas informações cadastrais; realizar com zelo e dedicação as atividades descritas no Termo de Compromisso e as definidas em comum acordo com a equipe gestora.

2.4.6- Plano de Ação do Conselho Escolar

O Conselho Escolar tem a função de contribuir para que o cmei cumpra a sua função social, que é educar, construindo cidadãos conscientes e participativos. O Conselho Escolar deve viabilizar a participação plena da comunidade bem como a da equipe escolar, visto que o Conselho Escolar deve abranger a representatividade de todos os segmentos da instituição com o intuito de deliberar soluções diante dos problemas, efetivando assim a corresponsabilidade de todos os educacionais.

Objetivos da ação

- Organizar ciclos de formação continuada aos integrantes do Conselho Escolar;
- Abordar a função social do cmei e o papel do Conselho Escolar na construção de uma relação participativa e democrática;

- Estimular toda comunidade escolar sobre a importância e execução do plano de ação, trabalhando de forma integrada, visando ao desenvolvimento integral das ações dentro do cmei;
- Criar laços de afinidades e parceria com a comunidade escolar;
- Incentivar a presença das famílias dentro da escola.

Procedimentos da ação

Para efetivar a elaboração coletiva desse plano de ação, será realizada uma pesquisa que permite o levantamento de dados a fim de subsidiar a coerência entre o plano de ação e as reais demandas do CMEI.

Primeira etapa: divulgação

Assembleia geral para divulgar as informações sobre o Conselho Escolar, assim como informação via whatsapp explicativo, no mural do CMEI (o que é, como e por quem é composto, qual sua função e ações que desenvolve);

- Segunda etapa: momento informativo

Capacitação - Realização de reuniões periódicas para capacitação, através de palestras, dinâmicas de grupos, troca de experiências, além de estimulá-los a estar sempre em busca de novos conhecimentos. Este é o momento de esclarecer dúvidas e prestar informações sobre a gestão democrática.

- Terceira etapa: conscientização e eleição

É essencial nesta etapa a conscientização de todos da importância do trabalho em equipe, para obtenção de funcionamento integral do cmei, estimulando uma relação de igualdade, respeito e consideração mútua. Diante disso, é realizada a eleição dos membros do Conselho Escolar de forma justa e democrática.

- Quarta etapa: função social do cmei

Realização de um seminário intitulado “Função social do cmei” para apresentação de propostas de trabalho, levantamento dos problemas, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), enfatizando a verdadeira função social da escola, ou seja, um momento de esclarecimento.

- Quinta etapa: uma gestão democrática

Após concluir as etapas anteriores, trabalhar a questão gestão democrática da unidade escolar, havendo compreensão da administração escolar como atividade-meio e reunião de esforços coletivos para o implemento dos fins da educação, assim como a compreensão e aceitação do princípio de que a educação é um processo de emancipação humana; que o Plano Político-pedagógico (PPP) deve ser elaborado através de construção coletiva e que, além da formação, deve haver o fortalecimento do Conselho Escolar.

A gestão democrática da educação está vinculada aos mecanismos legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a participação social: no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação do cmei e da política educacional. Com a aplicação da política do ensino, deve-se estabelecer como prioridade educacional a democratização do ingresso e a permanência da criança no cmei, assim como a garantia da qualidade social da educação.

5 - Cronogramas da ação

O plano de ação estará organizado inicialmente em encontros mensais, com duração média de 30 minutos, que ocorrerão durante o 1º e o 2º semestres de 2024, em dias e horários alternados, que serão previamente decididos em assembléias com os integrantes do Conselho Escolar, buscando integração do grupo no esclarecimento das dúvidas. Este cronograma é flexível e pode ser modificado e reestruturado conforme as necessidades vigentes durante as atividades das ações.

6 - Acompanhamento

Todas as ações serão registradas em atas de forma transparente e democrática, devidamente lavradas e assinadas. Os membros presentes nas assembléias deverão realizar, ao final de cada reunião, avaliações sobre o seu desenvolvimento e elaborar sugestões para o próximo encontro. Pensar sobre o que foi produzido serve como instrumento para melhorar as ações presentes e futuras, com vistas ao desenvolvimento de uma educação emancipadora e de qualidade vislumbrando novos horizontes.

2.4.8- Plano de Trabalho Docente (Estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP)

É um documento elaborado pelo educador com a intenção de organizar o ensino e aprendizagem em sala de aula. Ainda que os conteúdos da Proposta Pedagógica Curricular sejam os mesmos para os educadores da mesma turminha, cada educador do nosso CMEI possui uma maneira de trabalhar. Dessa forma, é no PTD que o educador vai definir a abordagem que fará de determinado conteúdo, como fará, com quais recursos, quando fará e como se dará a verificação da aprendizagem por parte das crianças. É nele que se registra o que pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer e com quem fazer. Nesse sentido, pode-se dizer que o PTD é a sistematização das decisões tomadas pelo educador individualmente mediante a observação em um contexto focada em cada momento que a criança oferece, sempre deixando em destaque o seu protagonismo.

O modelo definido pelo CMEI de PTD é feito através de projeto, cada educadora determina o prazo de duração conforme a necessidade da sua turma.





2.4.9- Plano de Atendimento Educacional Especializado

O CMEI não tem sala de atendimento especializado, as crianças que necessitam de um atendimento especializado, após o levantamento e encaminhamento para o departamento da educação especial CMAE, quando há necessidade o atendimento é realizado no CMEI Arcelina de Pina, de forma individual e no contraturno. É aberta uma matrícula para essas crianças que terão esse atendimento.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento de planejamento e acompanhamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, cuja referência é a trajetória individual de cada um. O modelo mais comum, adotado por escolas e redes de ensino no Brasil e em outros países, baseia-se em seis áreas de habilidades: acadêmicas, da vida diária, motoras/atividade física, sociais, recreação/lazer e pré-profissionais/profissionais. Quando aplicado numa perspectiva inclusiva, pode-se tornar uma importante ferramenta de apoio ao trabalho em sala de aula, principalmente na avaliação de estudantes público-alvo da educação especial.

2.5- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1- Fundamentação Teórica

A concepção de currículo, adotada pela CMEI Navegantes – Pretende ultrapassar a estrutura linear e compartimentalizada dos eixos e desarticuladas. Assim, busca relações de reciprocidade e colaboração entre as diversas áreas em uma atitude dialógica e cooperativa permanente, necessária à compreensão das múltiplas relações que constituem o mundo da vida, no qual os sujeitos, mediados pela comunicação, organizam-se e interagem construindo saber, cultura e condições necessárias à existência. Corrobora com essa idéia FERRAÇO

Pensar os currículos de uma escola pressupõe, então, viver seu cotidiano que inclui, além do que é formal e tradicionalmente estudado, toda uma dinâmica das relações estabelecidas, ou seja, para se poder falar dos currículos praticados nas escolas, é necessário estudar os hibridismos culturais vividos nos cotidianos. (2006, p. 10)

O currículo deve redimensionar, constantemente, os espaços e tempos escolares, revendo concepções e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a formação permanente das educadoras é indispensável, promovendo a cooperação entre os implicados no processo educativo, possibilitando mudanças, a partir de uma práxis reflexiva, tendo em vista a qualificação do processo de ensino – aprendizagem.

Todo o processo de educação no CMEI, por ser intencional e sistemático, implica a elaboração e realização de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas em sala de aula, no cmei e fora dela em contato com a natureza, desemparedando. O currículo é entendido aqui como o conjunto dessas atividades, carregadas de sentido, com uma intencionalidade educativa, capaz de indicar os caminhos, admitindo mudanças, atalhos, alterações significativas em busca da aprendizagem de todas as crianças. Assim, a educação ultrapassa a reprodução de saberes e fazeres, possibilitando a troca de experiências e a construção de aprendizagens significativas.

Dessa forma, o currículo está diretamente relacionado ao contexto sócio-político-Cultural e, assim, é construído de forma dinâmica e participativa através de uma abordagem interdisciplinar, contemplando o eixo interação e brincadeira dentro dos campos de experiências, O EU, O OUTRO E O NÓS; CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS; TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS; ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO; ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES, tendo em vista,

prioritariamente, a formação do cidadão comprometido eticamente com a transformação da sociedade.

2.5.2- Direitos e objetivos de Aprendizagem

A proposta de organização curricular do Currículo Municipal de Paranaguá tem como base o Referencial Curricular do Paraná na etapa da Educação Infantil. O documento é composto de seis partes correspondentes às idades das crianças, ampliando a divisão apresentada na BNCC que é dividida em bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

O detalhamento por idades busca contribuir com o trabalho do professor, para cada idade são apresentados os campos de experiências e os objetivos definidos pela BNCC, identificado com o código original e em negrito, em seguida aparecem as complementações com objetivos correlacionados, os quais denominados como: demais objetivos importantes a priorizar no trabalho com cada idade.

A partir dos eixos estruturantes da educação infantil, que são as interações e as brincadeiras, a Base estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: **Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se**. Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil servem, justamente, para garantir as condições necessárias para que as crianças estimulem o seu intelecto e valores enquanto cidadãos, a fim de que atribuam significados sobre si e a sociedade e, assim, tenham mais facilidade para interagir e conviver.

Associados aos objetivos e aos direitos de aprendizagem, propostos para cada grupo etário de crianças, os conteúdos de Currículo Municipal para Educação Infantil de Paranaguá têm como ponto de partida a experiência da criança. A abordagem não anula os saberes e os conhecimentos da cultura acumulada, materializados nos programas, nos conteúdos previstos pelos CMEIs e escolas, pois a experiência da criança incorpora fatos e conhecimentos, além de atitudes, motivos e interesses que levam à aprendizagem.

2.5.3- Concepção de Ensino e Aprendizagem

Muitos estudiosos, pesquisadores e educadores têm contribuído com suas teorias para a construção das concepções de criança, de desenvolvimento e de aprendizagem.

Os que mais tem influenciado no campo educacional são Jean Piaget, Lev Vygotsky, Henri Wallon e Celestin Freinet.

Piaget explica como a criança se apropria da aprendizagem e como ela constrói seu próprio desenvolvimento baseando-se nas relações que estabelece com os objetos. O desenvolvimento da inteligência se dá a partir do processo de como a criança pensa sobre o mundo e sobre os objetos que nele se encontram e da sua ação sobre estes objetos. Isto seria abstração reflexiva.

Vygotsky atribui papel preponderante à cultura e às relações sociais no processo de aprendizagem e desenvolvimento. A criança desenvolve a capacidade de representação simbólica, de acordo com a cultura que ela vivencia e o principal instrumento de representação simbólica que o ser humano dispõe é a língua (a fala, o discurso). Ele usa a língua para se comunicar e para fazer a relação entre pensamento – linguagem.

Wallon mostrou que as crianças têm também corpo e emoções e não apenas cabeça. Ele vê a criança de forma integrada. Ele observa quatro características importantes: movimento (1º sinal de vida psíquica), as emoções (1^{as} manifestações afetivas e como elas são um fator fundamental de interação da criança com o meio na qual está inserida), a inteligência (ele destaca a inteligência discursiva: a inteligência que se expressa e que se constitui por meio da linguagem, da fala) e pessoa (a noção do eu, ou consciência de si).

Freinet defendeu o jogo e o trabalho como componentes essenciais na educação da criança e defendeu a ideia de que a criança se desenvolve em contato com a natureza. Valorizava as aulas fora da sala porque nestes ambientes a criança encontraria muitos recursos, motivação, cooperação para chegar à aprendizagem e à afetividade.

Embora a apropriação das teorias destes estudiosos, juntamente com estudos científicos dentro da psicologia, psicanálise, neurociência, antropologia e sociologia da criança possam ser de grande valia para desvendar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças.

Não deve então existir um grande distanciamento entre o discurso sobre as concepções e a prática pedagógica desenvolvida.

O que se verifica em alguns projetos, é que a concepção de desenvolvimento e aprendizagem não são definidos com clareza e a individualidade e as diferenças nas crianças não são respeitadas. Os professores agem com as crianças como se todas estivessem no mesmo nível de desenvolvimento e por isso deveriam realizar as mesmas sequências de atividades, de acordo com sua idade seja na educação infantil ou no ensino fundamental séries iniciais.

Desenvolvimento e aprendizagem são processos complementares que se correspondem mutuamente: desenvolvimento indica possibilidade humana e aprendizagem vai sendo construída a partir das relações que a criança tem com os outros e com o ambiente físico em que vive.

A criança tem potencialmente uma multiplicidade de caminhos para entrar no processo de aprendizagem e desenvolvimento que são determinados pelas experiências que elas vão adquirindo através das interações que se estabelecem com a cultura e com o meio físico que está inserida.

Para aprender a criança parte de onde sabe e através da observação, do movimento, da percepção, da investigação e do levantamento de hipótese ela busca soluções inteligentes para atribuir significados a objetos e fenômenos que a cercam.

Quando inserida num ambiente enriquecedor e instigante maior as possibilidades de avanço na aprendizagem, pois elas não recebem prontas as informações necessárias para as descobertas. Elas se apoiam nos recursos disponíveis para estruturar as ideias e elaborar o modo de pensar e agir sobre o mundo físico e social. A criança utiliza múltiplas linguagens para expressar sua relação com o outro e construir suas aprendizagens. Assim: Na perspectiva do cuidar e educar, as múltiplas linguagens ocupam um lugar fundamental, na medida em que cumprem o papel de mediadoras das relações entre os vários sujeitos envolvidos nas ações realizadas nas instituições, bem como possibilitam as interações das crianças com a natureza e com a cultura, construindo sua subjetividade e constituindo-as como sujeitos sociais. (DIAS; FARIA; 2005, p. 94). Dentre as inúmeras formas de linguagens o brincar é uma linguagem privilegiada que possibilita a ampliação das experiências e descobertas do mundo que rodeia a criança. É brincando que a criança, por meio da imitação desenvolve seu imaginário percorrendo o caminho do faz-de-conta, imitando a realidade e dando significados aos objetos. Um pedaço de madeira passa a ser

o carro que está dirigindo; a boneca passa a ser sua filha; cabo de vassoura passa a ser cavalo. Aos poucos, vai conseguindo diferenciar o que é fantasia do que é realidade.

2.5.4- Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano da Educação Infantil, do AEE)

A organização dos tempos e dos espaços no CMEI Nossa Senhora dos Navegantes requer um pensar e um planejar constantes, pois as experiências vividas e proporcionadas diariamente exigem essa organização. Para tanto ela necessita ser elaborada de forma adequada, levando em conta a faixa etária da criança, assegurando seus direitos de aprendizagem e de desenvolvimento. O tempo se faz necessário na Educação Infantil, mas organizá-lo é de extrema importância para o desenvolvimento da criança. O educador é um organizador e mediador do trabalho, oportunizando a participação das crianças na elaboração da rotina. Percebemos a importância de pensar a flexibilidade da rotina para que se possa dar qualidade na organização e uso desse tempo nos espaços do CMEI Navegantes. Desse modo, o planejar e o pensar constante tem como objetivo proporcionar as vivências e experiências sociais e pessoais das crianças, possibilitando o seu desenvolvimento integral. Na rotina é proporcionado espaços acolhedores, desafiantes e diferenciados para que ampliem suas habilidades em conhecer e aprender o novo. Para tornar a convivência da criança na instituição mais agradável, destacamos a importância da parceria e da participação da família.

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que o educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, Apud SANTA CATARINA, 2019, p.106).

Segundo Barbosa (2006), a aceleração e as cobranças do cotidiano nos dias atuais, estão prejudicando a qualidade das vivências e experiências que são proporcionadas às crianças da Educação Infantil, resultando nas rotinas rotineiras. Desta forma, fica ausente o sentido daquilo que é cotidiano na vida do CMEI focando-se apenas em produtividade e não em qualidade.

Organização do atendimento educacional especializado, na perspectiva do Direito, defende-se que a educação especial contribua para a perspectiva de fortalecimento e qualificação do processo de educação inclusiva, pois se sabe que a tendência atual é que as ações educativas da educação especial se movimentem de forma a promover condições às crianças com deficiência, déficit, TEA entre outras, à escolaridade, eliminando barreiras, favorecendo e qualificando a permanência nas salas de aula comuns. Uma dessas iniciativas é o atendimento educacional especializado (AEE). Previsto pela Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o AEE é uma forma de garantir que a criança com deficiência, déficit, TEA entre outras tenha acesso a um conjunto de apoios e de recursos que minimizem as dificuldades enfrentadas com base em sua deficiência. De acordo com a Política nacional, o atendimento pode ser ofertado tanto na própria rede regular de ensino, atendendo a criança no contraturno, ou ser realizado pelas instituições especializadas, porém nunca numa perspectiva de substituição ou reforço ao ensino regular. Todas as crianças até chegar a frequentar uma sala de AEE, são atendidas por uma equipe Técnica no CMAE, Psicólogos, Assistente Social, Pedagogos, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo, Psicopedagoga, Pedagoga, Especialidades médicas como Psiquiatra, Neuropediatra, psicólogo. O atendimento clínico garante que o assistido seja atendido nas suas necessidades, promovendo evolução global. Ainda, trabalhando nestes moldes, cada profissional na sua especificidade troca informações com os demais setores, sendo capaz de visualizá-las sob a ótica de seu conhecimento específico conduzindo-o a novas formas de atuação, conhecimento e aprimoramento profissional. Todas as crianças que necessitam do atendimento são atendidas por cronograma e no contraturno.

2.6- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1- Fundamentação Teórica

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. Segundo Luckesi (1995),

O ato amoroso acolhe atos, ações, alegrias e dores como eles são. Nesse contexto, a avaliação é um ato amoroso, uma vez que se trata de um

processo de acolher a realidade como ela aparece, sempre com o objetivo de possibilitar uma transformação positiva.

A avaliação precisa corresponder a um momento de reflexão sobre a prática que vem sendo realizada, e esse momento deve ser utilizado para que os educadores repense sua forma de trabalho. Nesse sentido, mudar as práticas de avaliação pode ser uma das alternativas, para que os as crianças consigam demonstrar os conhecimentos adquiridos e apreendidos, bem como analisar o real desenvolvimento da aprendizagem

Para que a avaliação configure uma prática construtiva e diagnóstica a favor do crescimento intelectual da criança e do seu desenvolvimento de habilidades e competências, o investimento em reflexões sobre a referida prática avaliativa, inserindo, no processo de ensino e aprendizagem, espaço para novas formas de avaliar se torna viável, a fim de que se possa observar o real desenvolvimento da aprendizagem.

2.6.2- O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/desenvolvimento.

A Instituição de Ensino busca acompanhar o desenvolvimento das crianças através do acompanhamento dos Planejamentos Pedagógicos dos docentes, dos Portfólios semestral, mediante anotações pelos educadores e equipe pedagógica diariamente em fichários individuais com variadas observações, com o objetivo de relatar a progressão da criança dentro dos Campos de Experiências proporcionados dentro do Projetos desenvolvidos na Instituição, avaliando de forma contínua o nível de aprendizagem da criança, e a Garantia dos seus Direitos de Aprendizagem, relatados e demonstrados por meio de resultados.

A avaliação na Educação Infantil se relaciona a querer conhecer melhor cada criança, partindo da identidade da criança que está sendo avaliada, assim como da identidade do educador que trabalha com ela. Nessa perspectiva, a avaliação se articula à ética, ao zelo, ao respeito e à atenção especial para com as crianças e seu bem-estar.

Resolução do CNE/CEB 05/09.

Art. 10 As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

- III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Observação é uma processo-chave na experiência educativa, precisando estar aliada a outra ação-chave, que é o registro. Ao registrar suas leituras daquela realidade, você estará usando parte de seu tempo para refletir sobre como a criança revela os seus saberes.

São várias e diversas as formas de registro indicadas no inciso II, do artigo 10, das DCNEI, como relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, entre outros. Os registros são tidos como formas de documentar todo o processo, sendo, por isso, constitutivo da ação educativa. O fundamental todas as formas de registro sobre as crianças individualmente, coletivo e familiar, é que estas permitam captar a singularidade de cada uma, como ela vivencia as experiências que são oferecidas, que situações ou aspectos inusitados acontecem. É necessário que pareceres ou relatórios também sejam claros em relação a quem ele pretende “informar”: os pais, a instituição, a própria criança e também outros educadores que vierem a trabalhar com essas crianças. É necessário considerar que o texto deve se fazer entender. Os pais ou responsáveis pelas crianças, interlocutores importantes, nem sempre têm familiaridade com os termos da área da Educação que usamos. É muito importante lembrar disso para adequar a linguagem a ser utilizada nos registros escritos, e o Cmei sempre fica atenta a essas pontuações.

No início do ano informamos aos pais que adotaríamos o portfólio como instrumento de registro e avaliação como forma de comunicação a respeito do desenvolvimento da criança e acompanhamento do trabalho da instituição que é dividido em dois momentos 1º semestre e 2º semestre. Durante a reunião de pais no 1º semestre as educadoras mostraram como estava sendo esse processo de construção dos portfólios.

Assim sendo, a família desde o início está envolvida e inteirada participando das atividades propostas pelas educadoras para compor o portfólio.

O interesse dos pais, a comunicação ativa das educadoras com as famílias, o seu envolvimento e participação, tornam o trabalho mais rico e contribuem para o desenvolvimento dos projetos de maneira mais abrangente, pois, não se limitam ao espaço

escolar, mas, ao contrário, recebem contribuições advindas das famílias, que compartilham o conhecimento e as pesquisas que realizam em casa.

Apesar de não vivenciarem o cotidiano escolar dos processos educativos, apesar de não disporem de formação pedagógica, os pais, aparentemente, reconhecem o valor do portfólio avaliativo de seus filhos, até porque podem neles acompanhar avanços e superações e colocar suas contribuições em atividades realizadas em casa, nos eventos do CMEI em família, e em outros momentos que é proporcionado no CMEI.

O momento do encerramento do semestre é realizado um encontro com pais e filhos para poder dividir conhecimentos em família, com a amostra dos portfólios, pais e filhos participam junto desse encontro, podendo fazer sua leitura demonstrando todo o percurso da avaliação, a educadora fica a disposição para trocas de informações.

O portfólio que é realizado é o que contempla as atividades mais importantes, a seleção de amostras dos trabalhos que evidenciam o desenvolvimento das crianças. Portfólio que contribui para que os demais educadores da equipe, pais e o próprio educando compreendam, de forma longitudinal os caminhos percorridos pelo educando ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

O portfólio, portanto, atende às necessidades dos diferentes atores: educandos, educadores, pais, equipe pedagógica, enfim, dos envolvidos nesse processo tão meticuloso, detalhado e ao mesmo tempo, encantador.



2.6.3- Análise de avanços e dificuldades pedagógicas

Ainda há necessidade de aperfeiçoamento nas escritas e narrativas por parte das educadoras, não são todas que apresentam essa falha, mas para um grupo ser alinhado, há essa necessidade.

Para sanar a dificuldade, investimos em formação continuada em serviço, estimulamos a pesquisa, a leitura e a escrita, com a disponibilidade de livros e práticas pedagógicas junto a coordenação que trate sobre o tema.

2.6.4- Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil:

No início do ano informamos aos pais que adotaríamos o portfólio como instrumento de registro e avaliação como forma de comunicação a respeito do desenvolvimento da criança e acompanhamento do trabalho da instituição que é dividido em dois momentos 1º semestre e 2º semestre. Durante a reunião de pais no 1º semestre as educadoras mostraram como estava sendo esse processo de construção dos portfólios.

Assim sendo, a família desde o início está envolvida e inteirada participando das atividades propostas pelas educadoras para compor o portfólio.

O interesse dos pais, a comunicação ativa das educadoras com as famílias, o seu envolvimento e participação, tornam o trabalho mais rico e contribuem para o desenvolvimento dos projetos de maneira mais abrangente, pois, não se limitam ao espaço escolar, mas, ao contrário, recebem contribuições advindas das famílias, que compartilham o conhecimento e as pesquisas que realizam em casa.

O portfólio que é realizado é o que contempla as atividades mais importantes, a seleção de amostras dos trabalhos que evidenciam o desenvolvimento das crianças. Portfólio que contribui para que os demais educadores da equipe, pais e o próprio educando compreendam, de forma longitudinal os caminhos percorridos pelo educando ao longo do processo de ensino e aprendizagem

2.6.5- Avaliação institucional

Inicialmente a avaliação institucional acontece através de planilha enviada pela Secretaria de Educação SEMEDI, onde a mesma é avaliada pela comissão formada dentro do CMEI e após analisada pela pessoa avaliada que poderá concordar ou deixar sua observação anotada na ficha de avaliação.

O Sistema de Avaliação Institucional do CMEI orientar-se aos objetivos definidos, centrado na aferição dos resultados obtidos contida em análise constante do processo de

ensino-aprendizagem do educador, resultados alcançados, auto avaliação, de uma forma a atender comprovar se o mesmo atende as necessidades das nossas crianças e das Instituições de Ensino, considerando também os processos e meios mobilizados no alcance dos resultados, valorizando a avaliação interna e externa no processo de gerenciamento e envolvendo todos no sistema de avaliação com a Equipe gestora e educadores.

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral estabelecerá processos para promover e incentivar a avaliação institucional que possibilite uma visão educacional que contemple a avaliação da aprendizagem aplicada aos alunos, a avaliação da organização administrativa, financeira e pedagógica da escola (PARANAGUÁ, 2018)

Para que nossa Instituição de Ensino atinja essa educação de qualidade, é indispensável que reelaboremos o Projeto Político Pedagógico, pautado por um método participativo e democrático de todos os envolvidos no processo de ensino, para que a execução permanentemente dos procedimentos de aplicação dos conteúdos e especificidades prioritárias a serem desenvolvidas nessa comunidade surtam efeito.

A participação coletiva faz com que o PPP, de fato, representativo do CMEI e de sua comunidade, e promova mudanças necessárias no espaço escolar, a fim de melhorar a qualidade do ensino e promover a formação para a cidadania. A comunidade escolar do CMEI Navegantes tem total participação na construção do PPP, sendo ouvida em reuniões, pesquisas, questionários, podendo debater e contribuir, pois a criança, antes de frequentar o espaço escolar, já traz uma bagagem familiar que deve ser colocada em discussão para construir o PPP.

2.6.6- Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos

O Conselho de Classe é organizado em três momentos no CMEI Nossa Senhora dos Navegantes:

Pré-conselho: É realizado o levantamento de dados do processo de desenvolvimento junto as educadores para análise comparativa do desempenho das crianças, das observações, dos encaminhamentos didático-metodológicos realizados e outros, de forma a dar agilidade ao Conselho de Classe. É um espaço de diagnóstico.

Conselho de Classe: momento em que todas as salas da educação infantil do CMEI

Navegantes no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favorecem o desenvolvimento das crianças.

Pós-conselho: momento e que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas.

As discussões e tomadas de decisões no CMEI estão respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pela criança na aprendizagem no seu desenvolvimento, o trabalho realizado pela educadora para que a criança melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pela educadora, o desempenho da criança em todo seu desenvolvimento seja físico, social, emocional e o cognitivo, o acompanhamento da criança no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos educadores e outros.

A equipe pedagógica organiza, articula e acompanha todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

2.7- CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1- Fundamentação Teórica

A formação e continuada do educador é uma das principais formas de instigar e de elevar o nível de competência e de habilidades dos profissionais da educação, para desta forma levar o profissional a refletir em e sobre sua ação, pois de acordo com Perrenoud (2002): “A figura do profissional reflexivo está no cerne do exercício de uma profissão, pelo menos quando a consideramos sob o ângulo da especialização e da inteligência no trabalho.” (PERRENOUD, 2002, p. 13). De acordo com Perrenoud (2002), é preciso que a formação propicie ao educador lidar com no mínimo três situações, a lidar com a transição de identidade das crianças para a de profissional; a organização do tempo para cumprir as exigências burocráticas; a capacidade de refletir sobre os conteúdos da formação acadêmica na prática de sala de aula. Além da formação, é preciso que se tenha também a formação continuada que segundo Perrenoud (2002) diz respeito ao trabalho com educadores experientes, com o objetivo de aperfeiçoar e aproximar o que os educadores aprenderam durante o processo acadêmico e a experiência de sala de aula. Vale ressaltar que é de fundamental importância que eles participem das formações continuadas, porque

além de aprimorar conhecimentos, cumpre uma exigência da LDB (Lei Nº 9394/96) presente no parágrafo único do Artº 62-A. De acordo com Zabala (1998), o próprio sistema educativo é excludente, pois, os objetivos de ensino têm sido direcionados apenas para estimular os alunos que tem capacidades cognitivas mais relevantes. Diante desta afirmação, é preciso que a formação docente prepare o educador tanto o principiante quanto o experiente para desenvolver estratégias metodológicas que atendam as necessidades das crianças aplicados e não aplicados. Neste sentido, é importante que o docente tenha um olhar pesquisador para compreender as influências sociais e históricas que estão atreladas ao desenvolvimento das crianças e aos processos de ensino e de aprendizagem, pois toda a ação do educador em sala de aula pode incidir positivamente ou negativamente na formação das crianças.

2.7.2- Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora

Todos os profissionais do Cmei Navegantes passam por formação ofertada pela SEMEDI, trabalho é realizado pela parceria firmada entre a Prefeitura e o Sistema Educacional Família e Escola (SEFE) com temáticas que contribuir com experiências de aprendizagens na Educação Infantil, em parceria com o Sistema Educacional Família e Escola - SEFE. Esses momentos de formações são indispensáveis para que tanto os docentes, quanto as equipes gestoras aperfeiçoem suas práticas a partir das teorias estudadas.

No início de cada ano e semestre, acontecem os dias de formação continuada pelo SEFE/Opet, quando os professores e equipes se preparam e planejam as ações do ano letivo, e semestralmente refletem quanto ao andamento de todas as metas traçadas para aperfeiçoarem suas práticas com temas direcionados e que contribuem com a demanda da educação infantil.

2.7.3- Formação continuada na instituição conforme a Instrução da Hora atividade.

A hora atividade é o período reservado para estudos, elaboração de aulas e demais atividades extraclasse, pertinentes ao trabalho docente. Segundo a LDBEN, no artigo 67, inciso V determina: período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na

carga de trabalho LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008. Art. 1º Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. § 2º e desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional. § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. A hora atividade no estabelecimento de ensino acontecerá de acordo com a rotina e organização interna da instituição, sendo trinta e três por cento (33%) da carga horária total de trinta horas (30) semanais, do período matutino e vespertino.

Art. 1º A jornada de trabalho do profissional do magistério é constituída de atividades de docência ou de suporte e atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função (hora/atividade).

INSTRUÇÃO

CAPÍTULO I - DIRETRIZES GERAIS

§ 1º As atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, nos termos da Resolução CP/CNE nº 2/2015, destinam-se:

- I - Preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas;
- II - Participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição de ensino;
- III - Orientação e acompanhamento de estudantes;
- IV - Avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;
- V - Reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares;
- VI - Participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;
- VII - Atividades de desenvolvimento profissional;
- VIII - Participar dos cursos de Formação Continuada;

IX - Planejar ações e intervenções com base no diagnóstico da realidade escolar, tendo como subsídios o Projeto Político - Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso, o Regimento Escolar e o Plano de Ação da instituição de ensino;

X - Participar em atividades de estudos e reuniões técnicas pedagógicas;

XI - Participar de grupos disciplinares e interdisciplinares de professores, objetivando o planejamento e o desenvolvimento de ações necessárias, relativas ao Plano de Ação das instituições de ensino;

XII - Planejar ações de intervenção didático-pedagógicas para os educandos com dificuldades no seu desempenho escolar;

XIII - Discutir e planejar encaminhamentos teórico-metodológicos no intuito de obter uma prática pedagógica interdisciplinar;

XIV - Implementar ações pedagógicas, inerentes à hora-atividade, definidas pelo coletivo escolar e também solicitadas pela equipe pedagógica, direção e Secretaria Municipal de Educação;

XV - Analisar e planejar ações de intervenção sobre os resultados avaliativos internos e externos dos educandos, com vista ao planejamento das ações pedagógicas, a fim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

XVI- Outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

§ 2º O tempo destinado as atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função deverá contemplar as atividades desenvolvidas no próprio local de trabalho ou espaços definidos pela Direção da Instituição de Ensino, atividades planejadas pela Secretaria Municipal de Educação e as atividades individuais realizadas em locais previamente autorizados pela Direção da instituição.

§ 3º Por orientação e acompanhamento de estudantes descrita no item III do § 1º deste artigo, compreende-se as atividades extra classe que não são caracterizadas como aulas/atividades curriculares envolvendo professores e estudantes, dentro ou fora da Instituição.

§ 4º A ausência não justificada nos termos das Lei 046/2007, Lei 113/2009 e suas alterações, em cursos e eventos, reuniões, colegiado de classe e/ou no tempo destinado às atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função no próprio local de

trabalho, definidos pela Direção da Instituição de Ensino e/ou Secretaria Municipal de Educação, será considerada falta não justificada.

§ 5º A organização das atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função deverá respeitar as diretrizes e o calendário de atividades da Instituição de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação.

§ 6º A organização das atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, deverá respeitar o limite mensal de até 50%(cinquenta por cento) para atividades desenvolvidas no próprio local de trabalho, espaços definidos pela Direção da Instituição de Ensino ou atividades planejadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As atividades de docência dos professores e professores auxiliares, no efetivo exercício da função, nas Instituições de Ensino da Rede Municipal, será organizada semanalmente consoante tabela abaixo:

Cargo	Jornada Semanal	Atividade Docente	Hora Atividade
Professor Regente e Corregente: Educação Infantil, Anos Iniciais e Apoio Pedagógico.	20 Horas Semanais	13h20min.	6h40min.
	40 Horas Semanais	M: 13h20min. T: 13h20min	M: 6h40min. T: 6h40min.

§ 1º Nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008 os profissionais do magistério deverão garantir 2/3 (dois terços) da jornada de trabalho semanal para o desempenho das atividades de docência.

§ 2º Os profissionais ocupantes dos cargos de Professor de Anos Iniciais, Professor de Apoio Pedagógico, Educador Infantil, Monitor e Professor Auxiliar (de todas as áreas), com jornada semanal de 40 horas, terão as atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função de 6h40min (seis horas e quarenta minutos) por turno.

§ 3º A Hora Atividade do Profissional de Apoio poderá ser fracionada, mediante necessidade da criança ou da organização da instituição;

Art. 10º Em casos previstos de necessidade de ausentar-se, deverá haver organização por parte da equipe técnico pedagógica, no sentido de troca de hora atividade, sempre que possível.

Art. 11º Em casos de faltas, ainda que justificadas, a carga horária destinada ao cumprimento de 1/3 da hora atividade deverá ser calculada com base na carga horária efetivamente trabalhada a ser cumprida na semana seguinte às ausências.



2.7.4 – Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição

As formações externas ao cmei são promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá - Semedi. A formação continuada é a garantia do desenvolvimento pessoal e profissional permanente. Ela acontece por meio do estudo, reflexão, discussão e da confrontação das próprias experiências. Além da responsabilidade do Cmei Navegantes e Semedi, a equipe gestora e educadoras também são responsáveis para com a própria formação, no sentido de buscar informação, fundamentação para que sua ação seja cada vez mais eficaz, reconstruindo suas práticas e teorias, resultando em mudanças pessoais e profissionais.

Formação continuada é um engajamento dos profissionais da educação em um processo de aprimoramento que lhes permitem estar continuamente bem informados e atualizados sobre as novas tendências educacionais, agregando conhecimentos que sejam capazes de gerar transformação e impacto no contexto escolar, permitindo que se engaje em pesquisas, estudos, reflexões e se aprimorem de novas concepções, linguagens e tecnologias, para que se torne um facilitador do conhecimento e não um mero transmissor deste.

2.7.5 Formação continuada em plataforma virtuais, institucionais e externas

As formações virtuais, institucionais e externas são ofertadas pela Semedi através do Sefe/Opet, de forma presencial, com portal virtual com acesso a todos os educadores, onde cada um tem acesso com um endereço eletrônico próprio. E também o portal do governo da AVAMEC que oferta vários cursos de forma virtual. As plataformas virtuais durante o período de isolamento se tornaram uma das ferramentas mais importantes para se continuar aprendendo em todo o mundo. Ela se tornou uma realidade diária para os educadores e instituições de ensino. Como uma sala de aula virtual, uma biblioteca digital, vários recursos multimídia, trilhas de aprendizagem específicas para diferentes disciplinas, ferramentas automatizadas de avaliação. Permite aproveitar ao máximo a aprendizagem adaptativa, sendo que os ritmos e os interesses de cada educador são diferentes. As ferramentas digitais ajudam aos educadores a desenvolverem habilidades digitais práticas que podem ser aplicadas nas tarefas do cotidiano, dentro e fora da sala de aula, e permitem explorar o mundo através da comunicação e informação

A Plataforma AVAMEC é um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações formativas, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio educacional à distância ao processo ensino-aprendizagem.

3.0 A VOZ DAS CRIANÇAS NO PPP

Este documento vem a demonstrar a identidade da nossa instituição, então toda a comunidade escolar precisa fazer parte.

Escrevemos sobre as crianças, planejamos para elas e não criamos o hábito de inserir os registros delas, muitas já podem opinar sobre o que pensam, o que querem, como se sentem neste espaço.

Fizemos algumas perguntas as crianças do infantil quatro, e foram essas:

Do que elas gostam,? O que elas gostariam que tivesse no CMEI? Como é o trajeto delas até a instituição? E o que elas já aprenderam?

Elas ainda não tem o domínio da escrita, porém conseguem se comunicar e deixar seus traços através de seus desenhos.

A voz delas ficará registrada neste documento para que possamos sempre refletir na importância de ver no sentido de enxergar e ouvir a criança, porque somente dessa forma estamos estimulando o seu protagonismo.

Esses desenhos foram feitos por crianças da turma do Infantil 4.

Do que eu mais gosto no CMEI?

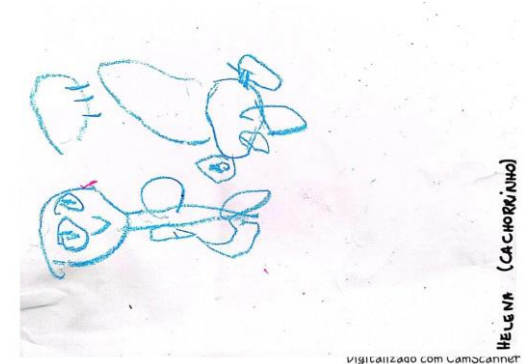


Pyetro gosta do parque e da tia Marcella.



Gabriel gosta mais do parque.

O que eu queria que tivesse no CMEI?



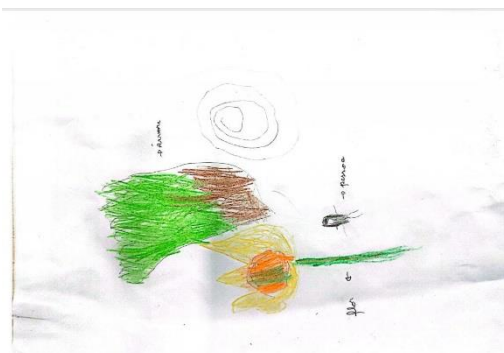
Helena queria que tivesse um cachorro.

Laura que que tivesse uma piscina e melancia todo dia.

Como é o meu trajeto, o que eu vejo?



Davi vê padaria, cavalo e mercado.



Laura vê flores e árvores.

O que eu já aprendi?



Maria Alice aprendeu a brincar.



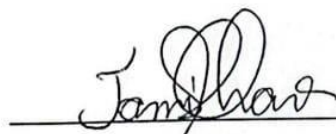
Hugo aprendeu a gostar da natureza.

4.0 MATRIZ CURRICULAR

Matriz Curricular Educação Infantil

SEMEDI		MUNICÍPIO: Paranaguá Código: 1840
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: CMEI NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES Código INEP: 41429826		
ENDEREÇO: RUA HENRIQUE DOS SANTOS, 53 - PARANAGUÁ - CEP 83252-000		
FONE: 413721-1752		
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaguá		
CURSO (INFANTIL 0-1 ANO) (2007-2005-EDUC EDUCAÇÃO INFANTIL 2-3 ANOS) (2001-EDUC INFANTIL 4-5 ANOS)		
TURNOS: Matutino/vespertino	C.H. TOTAL DO CURSO: 800h	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200 dias
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2018	FORMA: Simultânea	
OFERTA: 4 MESES A 5 ANOS	ORGANIZAÇÃO: Anual	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS	CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais	20 horas relógio	

Paranaguá 27 de junho de 2024.



Tamizia dos Santos Chaves



Tamizia dos Santos Chaves
Diretora

5.0 PROPOSTA CURRICULAR

<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/Curr%C3%ADculo%20Completo%20Setembro%202022.pdf>

5.0 REFERENCIAS

AMARILHA, Marly. Infância e literatura: traçando a história. Revista Educação em Questão. Natal: EDUFRN, v. 10/11, p. 126-137, 2002.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil. *In.*: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação infantil: pra que te quero?– Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 67-79.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020.** Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 1 abr. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abrilde-2020-250710591>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação - CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia.** 28 de abr. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoesprogramas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolasdurante-a-pandemia?Itemid=164>. Acesso em: 20 de out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus.** Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 19 out. 2021

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente –Lei 8069/90. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 21 out. 2021

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: **Proposta Preliminar Segunda Versão Revista**. 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 25 de out. 2021.

BRASIL. Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

BRASIL – Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2012.

BRASIL, Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 6/2010**, aprovado em 20 de outubro de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica. Disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&view=article&id=15074&Itemid=866> – Acesso em 20 de Abril de 2020.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação - **Parecer CNE/CEB nº 4/2008**, aprovado em 20 de fevereiro de 2008 – Orientações sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&view=article&id=12743&Itemid=866>. Acesso em 5 de Março de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL – Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Referências curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL. **Referencial Curricular Para a Educação Infantil**. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas; v.1).

CARVALHO, Eronilda Maria Góis. **Educação infantil: percurso, dilemas e perspectivas**. Ilhéus, BA: Editus, 2003.

FARIA, A.L.G. **O Espaço Físico como um dos Elementos Fundamentais para uma Pedagogia Infantil.** In: FARIA, A.L.G; PALHARES, M (Org). **Educação Infantil Pós - LDB: rumos e desafios** 4. ed. Campinas: Autores associados, 2003, p. 67-100.

FARIA, Vitória; DIAS, Fátima Salles. **Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica.** São Paulo: Scipione, 2007.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Possibilidades para entender o currículo escolar.** In: **Pátio revista Pedagógica**, ano X, nº 37, Editora Artmed, 2006.

FREIRE. **Educação como prática da liberdade.** 24ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Pedagogia e infância em tempos neoliberais.** In: SILVA JÚNIOR, Celestino (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1996.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz; CATANI, Afrânio Mendes. **Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.) **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 1998.

Justiça do Brasil. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11686325/artigo-62-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LIMA, E de S. **Como a Criança Pequena se Desenvolve.** São Paulo. Sobradinho, 2001.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1994

MARTINS, C.B. **O Que é Sociologia.** 38. ed. São Paulo: Brasíliense, 1994.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Editora Nova Cultural, Ltda, 1996.

MENEGHETTI, A. **Os Jovens e a Ética Ôntica. Recanto Maestro:** Ontopsicológica Editora Universitária, 2013.

Oliveira, Zilma. Ramos de. **Educação infantil. Fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002

PARANAGUÁ. Instrução Normativa nº 01/2018, 08 de maio de 2020. **Jornada de trabalho dos serviços do magistério público de Paranaguá nas instituições da Rede Municipal de Ensino.**

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

SACRISTÁN, G. **Os professores como Planejadores.** IN: SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Pérez A.I. **Compreender e transformar o ensino.** 4º ed. São Paulo: Artmed, 1998. p. 271-293

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

ANEXO:



Escola/CMEI: Nossa Senhora dos Navegantes
PLANEJAMENTO FINANCEIRO 2024 – RECURSOS PRÓPRIOS E FNDE

ANEXO 4 – APROVAÇÃO DAS PRIORIDADES

FONTE	PREVISÃO ANUAL (R\$)	PRIORIDADES DE APLICAÇÃO
Contribuição Voluntária da APMF	800,00	PEQUENOS REPAROS, DOCUMENTOS DA APMF, RECARGA DE TINTA COLORIDA PARA A IMPRESSORA, CHUVEIRO,
Recursos Próprios (Festas, Rifas e Eventos)	1200,00	LEMBRANÇA PROFESSORAS, CAIXAS ORGANIZADORAS, LAMPADAS, TAPETES
PDDE Básico - CUSTEIO	4536,00	MOPS PARA LIMPEZA, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DETETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, TATAMES, ESPELHO, LIXEIRAS GRANDES, MATERIAL DE EXPEDIENTE.
PDDE Básico - CAPITAL	2,826	BRINQUEDOS PARA O PARQUE, MAQUINA DE LAVAR, CARRINHO DE MÃO, PLASTIFICADORA.
PDDE Qualidade Educação Conectada (PIEC) CUSTEIO	6149,21	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET
PDDE Qualidade Educação Conectada (PIEC) CAPITAL	3.618,00	TABLET

APRECIÇÃO DA DIRETORIA DA APMF E CONSELHO ESCOLAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
APROVADO: (X) SIM () NÃO – DATA: 01/03/2024

Presidente - APMF	Nome: Paula Cristina de Carvalho Barros	Assinatura: <i>Paula C. C. Barros</i>
Vice-presidente - APMF	Nome: Érica Santos da Conceição	Assinatura: <i>Érica Santos da Conceição</i>
Gestor(a) Escolar – Presidente Conselho Escolar	Nome: Tamizia dos Santos Chaves	Assinatura: <i>Tamizia</i>
Tesoureiro - APMF	Nome: Kelli Fernanda dos Santos	Assinatura: <i>Kelli Fernanda dos Santos</i>
Secretário(a) - APMF	Nome: Janaina dos Santos Ribeiro	Assinatura: <i>Janaina dos Santos Ribeiro</i>
Representante do Conselho Deliberativo e Fiscal - APMF	Nome: Michele da Veiga Américo	Assinatura: <i>Michele da V. Américo</i>
Representante do Corpo Docente – Conselho Escolar	Nome: Jussara Gouvea	Assinatura: <i>Jussara Gouvea</i>
Representante dos Funcionários – Conselho Escolar	Nome: Marcia Barbosa	Assinatura: <i>Marcia Barbosa</i>